



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O Ensino Privado em Portugal

As Razões de Escolha dos Encarregados de Educação / Pais

**Mestrado em Ciências da Educação
Administração e Organização Escolar**

Ana Maria Ferreira Pinheiro

Orientador:
Professor Doutor António Sousa Fernandes

2011



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DE BRAGA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O Ensino Privado em Portugal

As Razões de Escolha dos Encarregados de Educação / Pais

**Mestrado em Ciências da Educação
Administração e Organização Escolar**

Ana Maria Ferreira Pinheiro

Orientador:
Professor Doutor António Sousa Fernandes

2011

Resumo

Este estudo tem como objectivo estudar as razões que levam os encarregados de educação a optar pelo ensino privado para os seus educandos. Participaram neste estudo 179 encarregados de educação de crianças que frequentam o Colégio da Associação Cultural e Recreativa de Fornelos – Fafe. A recolha da informação foi efectuada com recurso ao Questionário aplicado aos encarregados de educação. Os resultados demonstram que a razão principal seleccionada pelos encarregados de educação é o facto da escola apresentar regras acertadas de disciplina e vigilância, logo seguida do facto de haver informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola. A proximidade de casa e escola é a razão com menor importância para estes encarregados de educação. As correlações com as variáveis sócio-demográficas demonstram que as habilitações literárias e a profissão influenciam o processo de tomada de decisão dos pais na escolha da escola para os seus filhos.

Palavras-chave: Ensino Privado, razões, decisão.

Abstract

This study aims to examine the reasons which lead parents to opt for private education for their students. In this study participated 179 caregivers of children who attend the Cultural and Recreational Association of Fornelos College - Fafe. The data was collected using the questionnaire applied to parents and guardians. The results show that the main reason selected by parents is the fact that the school present rules of discipline and children's supervision, followed by the fact that there is an adequate and timely information about everything that happens at school. The proximity of home and school is less important for these parents. The correlations with the socio-demographic variables show that the parents' studies and profession influence their decision making in school choices for their children.

Key-words: private education, reasons, decision

Agradecimentos

Gostaria de expressar toda a minha gratidão e reconhecimento a todos que tornaram possível a concretização desta dissertação, a todos eles deixo aqui o meu agradecimento muito sincero em especial:

De uma forma particular agradeço ao Orientador Professor Doutor António Sousa Fernandes a orientação, apoio, compreensão, disponibilidade essenciais na realização de um trabalho desta natureza.

Ao colégio em estudo expresso os meus agradecimentos pela disponibilidade que sempre demonstraram durante todas as fases do trabalho, não só ao grupo de professores, direcção, alunos, mas especialmente aos pais/encarregados de educação, uma vez que o estudo não teria sido possível sem a sua valiosa colaboração e participação.

Deixo também uma palavra de agradecimento à Sara e à Raquel pelos seus conselhos e pela disponibilidade demonstrada ao longo do tempo, para ouvir e discutir as questões, por todo o apoio e incentivo. Sem elas este trabalho não era possível.

Finalmente, agradeço à minha mãe, ao meu pai e ao Ricardo, por me fazerem acreditar, por me darem coragem e ânimo e não me deixarem desistir.

Índice

Resumo	i
Abstract	iv
Agradecimentos	v
Índice	vi
Índice de Quadros	viii
Índice de Gráficos	x
Introdução	1
I CAPITULO - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	2
1. Escola: Perspectiva Global	2
1.1. As funções sociais da escola	2
1.2. Evolução da noção Escola – Família	5
1.3. Família e Escola	7
1.4. Os Pais Face à Escolha da Escola	10
1.5. O processo de escolha: Referências Teóricas	15
2. Privado em Educação:	19
2.1. Privatização da Educação	19
2.2. Defensores versus Opositores do Ensino Privado	22
2.2.1 Teorias Defensoras do Ensino Privado	22
2.2.2. Teorias Opositoras do Ensino Privado	23
3. Modelos de Decisão	25
3.1. Importância da Tomada de Decisão	25
3.2. Modelos de Decisão	27
3.2.1. Modelo Burocrático	27
3.2.2. Modelo Político	30
3.2.3. Modelo Ambiguidade	31
3.2.4. Modelo Comunitário	32
3.2.5. Modelo (neo) Institucional	34
3.3. Outro Tipo de Abordagens Organizacionais nas Escolas Privadas	35
3.3.1. Imagem de Clã	35
3.3.2. Imagem de Mercado	36
3.4. Tipologia da Decisão nas Organizações	37
II CAPITULO - METODOLOGIA	39
1. Objectivos	42
2. Método	45

2.1 Amostra / Participantes _____	45
2.2 Instrumento: Questionário aos Encarregados de Educação _____	48
2.3 Procedimento _____	49
2.3.1 Recolha de dados _____	49
2.3.2. Análise de resultados _____	50
III CAPITULO - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS _____	51
1. Análise Global _____	51
1.1. Razões da escolha da escola _____	51
1.1.1. É a escola mais próxima de casa _____	52
1.1.2. Dispõe de transportes próprios _____	53
1.1.3. Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais _____	55
1.1.4. Acompanha com igual atenção todos os alunos _____	56
1.1.5. É uma escola bem organizada no seu funcionamento _____	58
1.1.6. Tem regras acertadas de disciplina e vigilância _____	59
1.1.7. É uma escola bem cotada no meio _____	61
1.1.8. Os alunos gostam de frequentar esta escola _____	62
1.1.9. Os pais têm uma grande confiança na actividade educativa da escola _____	64
1.1.10. Há uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos _____	66
1.1.11. Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola _____	67
1.1.12. Existe um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação _____	69
1.1.13. Os Encarregados de Educação são solicitados a colaborar com a escola _____	70
1.1.14. A escola dispõe de uma direcção competente e empenhada _____	72
1.1.15. O director pedagógico está a par de tudo o que se passa na escola _____	73
1.1.16. Os professores são competentes e dedicados _____	75
1.1.17. A escola desenvolve actividades de enriquecimento curricular interessantes _____	76
1.1.18. Considero que, em geral o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público _____	78
1.2 Análise da Consistência Interna (<i>alfa de Cronbach</i>) _____	83
1.3. Análise de Regressão _____	84
1.4. Matriz de correlações entre razões de escolha da escola _____	88
2. Discussão dos Resultados _____	92
Conclusão _____	95
Referências Bibliográficas _____	97

Índice de Quadros

Quadro 1 – População do Colégio da ACR de Fornelos

Quadro 2 – Importância da proximidade de casa à escola

Quadro 3 – Importância de dispor de transportes próprios

Quadro 4 – Importância de ter um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais

Quadro 5 – Importância de acompanhar com igual atenção todos os alunos

Quadro 6 – Importância de ser uma escola bem organizada no seu funcionamento

Quadro 7 – Importância de ter regras acertadas de disciplina e vigilância

Quadro 8 – Importância de ser uma escola bem cotada no meio local

Quadro 9 – Importância dos alunos gostarem de frequentar esta escola

Quadro 10 – Importância dos pais terem confiança na atividade educativa da escola

Quadro 11 – Importância de haver uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos

Quadro 12 – Importância de existir uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola

Quadro 13 – Importância de existir um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação

Quadro 14 – Importância de os encarregados de educação serem solicitados a colaborar com a escola

Quadro 15 – Importância da escola dispor de uma direcção competente e empenhada

Quadro 16 – Importância do diretor pedagógico estar a par de tudo o que se passa na escola

Quadro 17 – Importância de os professores serem competentes e dedicados

Quadro 18 – Importância da escola desenvolver atividades de enriquecimento curricula interessantes

Quadro 19 – Importância de considerar que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público

Quadro 20 – Outras razões apontadas pelos encarregados de educação

Quadro 21 – Relação entre a idade e as razões (análise de regressão)

Quadro 22 – Relação entre as habilitações e as razões (análise de regressão)

Quadro 23 – Relação entre as profissões e as razões (análise de regressão)

Quadro 24 – Matriz de correlações entre as razões de escolha da escola

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Profissão dos encarregados de educação

Gráfico 2 – Representação gráfica da importância de ser a escola mais próxima de casa

Gráfico 3 - Representação gráfica da importância de dispor de transportes próprios

Gráfico 4 - Representação gráfica da importância de ter um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais

Gráfico 5 - Representação gráfica de acompanhar com igual atenção todos os alunos

Gráfico 6 - Representação gráfica da importância de ser uma escola bem organizada no seu funcionamento

Gráfico 7 - Representação gráfica da importância de ter regras acertadas de disciplina e vigilância

Gráfico 8 - Representação gráfica da importância da escola ser bem cotada no meio local

Gráfico 9 - Representação gráfica da importância dos alunos gostarem de frequentar esta escola

Gráfico 10 - Representação gráfica da importância dos pais terem uma grande confiança na actividade educativa da escola

Gráfico 11 - Representação gráfica da importância de haver uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos

Gráfico 12 - Representação gráfica da importância de existir uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola

Gráfico 13 - Representação gráfica da importância de existir um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação

Gráfico 14 – Representação gráfica da importância dos encarregados de educação serem solicitados a colaborar com a escola

Gráfico 15 - Representação gráfica da importância da escola dispor de uma direção competente e empenhada

Gráfico 16 - Representação gráfica da importância do diretor estar a par de tudo o que se passa na escola

Gráfico 17 - Representação gráfica da importância dos professores serem competentes e dedicados

Gráfico 18 - Representação gráfica da importância da escola desenvolver atividades de enriquecimento curricular interessantes

Gráfico 19 - Representação gráfica da importância de considerar que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público

Gráfico 20 - Razões mais importantes para os encarregados de educação

Introdução

Quando reflectirmos sobre o ensino privado em Portugal, com excepção do ensino superior, apercebemo-nos que ele possui entre nós uma expressão quantitativa em matéria de frequência exígua (Grácio, 1998). Portugal acompanha aqui a maior parte dos países da União Europeia (Ministério da Educação, 1995) e isto acontece não obstante a extensão dos períodos em que o país foi dirigido por governos que em princípio lhe seriam favoráveis (Carneiro, 1994; Afonso, 1997).

O ensino privado e o ensino público competem com armas desiguais em diversos aspectos (nomeadamente, o ensino público tem os seus custos de funcionamento e de investimento pagos pelo estado e o ensino privado tem que pagar os custos de investimento e de funcionamento com as receitas que tem dos seus clientes/alunos).

Quando decidimos elaborar este trabalho, encaramo-lo como uma oportunidade para desenvolver um estudo que pudesse revelar e ajudar a compreender o que leva os encarregados de educação/pais a optar pelo ensino privado para a educação escolar dos seus educandos/filhos.

Deste modo, esta dissertação apresenta-se dividida em três capítulos. Num primeiro capítulo é feito o enquadramento teórico à temática explorando investigações da área e revendo o que a literatura apresenta documentado sobre o assunto, destacando com alguma ênfase o processo de tomada de decisão por parte dos encarregados de educação. Num segundo capítulo apresentamos os objectivos do estudo e a metodologia adoptada, assim como a referência ao instrumento utilizado e, num terceiro capítulo, é efectuada a análise e discussão dos resultados obtidos.

I CAPITULO

Enquadramento Teórico

1. Escola: Perspectiva Global

1.1. As funções sociais da escola

No passado a educação era exercida de um modo meramente informal, na sua grande parte das vezes o conhecimento era passado de pais para filhos. O ensino passou a ser formalmente administrado na Grécia onde surgiram a Academia e o Liceu como primeiras instituições de discípulos de Platão e Aristóteles e continuaram com a Instituição de pedagogos particulares em Roma dirigidas às classes superiores. A Igreja criou as primeiras escolas que tiveram grande importância sobretudo para a formação do clero a partir da Idade Média. Em Portugal, nos tempos da monarquia, o ensino privado também era essencialmente da responsabilidade da Igreja (nas escolas paroquiais, catedrais e monásticas). Durante um período longo era a Igreja que estava responsável por ensinar, não só para os seus formandos mas também para a formação de indivíduos que não queriam seguir a via sacerdotal (Estêvão, 1996).

Não obstante, após um longo período de tempo de reformas políticas e sociais, o estado não ficou indiferente à educação, passando a ser o principal impulsionador e responsável criando a educação acessível a todos e não apenas aos da elite.

Actualmente, a escola é vista como um direito, o que implicitamente se torna uma obrigatoriedade nas famílias e por conseguinte um bom meio de socialização (Pires,

Fernandes & Formosinho, 1991). A escola, como meio social que é implica três sub-dimensões, isto é, o processo de ensino envolve duas ou mais pessoas, a partilha de conhecimentos é comum a várias pessoas e resulta de uma acção educativa, e ainda é uma acção que contém várias finalidades que são dispostas pela sociedade e constituídas para a sociedade.

Segundo a teoria dos sistemas de Bronfrenbrenner (1987), a entidade escolar faz parte de um sistema em que os elementos que dele fazem parte mantêm relações entre si de forma a conseguir garantir o equilíbrio do próprio sistema. A direcção, os professores, os auxiliares, os métodos pedagógicos utilizados fazem todos parte deste mesmo sistema. Todavia Berger (1973, citado por Neto, 2006) define dois tipos de socialização (primária e secundária). A socialização primária tem início logo após o nascimento, ocorre no núcleo familiar, na vizinhança ou na comunidade e termina logo que o indivíduo tenha a sua consciência definida, a ideia de si diferenciada do outro, enquanto a socialização secundária está intimamente relacionada com a aquisição de conhecimentos, com a experiência profissional e conseqüentemente com as relações sociais.

Uma vez que a escola é um meio de socialização esta torna os seus alunos dotados de ferramentas para se integrarem na sociedade, no entanto a sociedade sofre constantes transformações e por esse motivo a escola atravessa várias tensões e conflitos que se cruzam com a realidade da sociedade. É ainda importante salientar, que a relação entre a escola e os seus alunos é de grande importância, sendo por isso fundamental a convivência que se mantém entre estes, tendo, no entanto, em atenção à individualidade de cada um (Neto, 2006).

Tendo por base esta noção e corroborando a ideia de Pinho (1995) de que a escola é um local fundamental de socialização onde cada um dos seus elementos aprende a

conviver e a viver em comunidade e em que o professor desempenha um papel fundamental de agente sociológico, promovendo a aquisição de conhecimentos e de comportamentos adequados, assim como, relações afectivas, preocupando-se com o desenvolvimento integral do aluno, nas mais variadas componentes (cognitiva, afectiva, social, entre outras).

A actividade principal da escola é a educação e a partilha de conhecimentos, no entanto, diversos estudos revelam que principalmente nos grupos sociais de meios rurais, os alunos procuram a escola como refúgio, ou seja, vão para a escola para se libertarem das constantes “perseguições” da família e assim poderem manter contactos com outras pessoas e desta forma, criarem novas relações. Outra das razões que encontramos para a procura de uma escola, para além da educativa, tem a ver com o crescente aumento da entrada da mulher no mundo do trabalho o que leva a que cada vez mais os alunos passem mais tempo na escola e assim esta passa a ter para além de uma função educativa, uma função essencialmente de guarda/protecção.

Com o passar do tempo a escolarização sofreu grandes mudanças, essencialmente no que diz respeito à obrigatoriedade da formação, ou seja, actualmente o ensino é obrigatório até ao secundário, no entanto, nem sempre foi assim. Para além deste aspecto, no mundo do trabalho cada vez mais se exige um diploma que comprove a sua formação. Por esta razão, a obrigatoriedade da escolarização tem vindo progressivamente a aumentar e neste sentido, a escola vai exercendo, cada vez mais, uma grande influência ao longo de toda a vida de estudante do aluno, bem como, a assumir um papel que anteriormente era consumado fora desta.

A instituição escolar tem como função primordial educar, no entanto, é importante salientar que a noção de educar tem um sentido muito amplo: educar implica desenvolvimento de competências, de personalidade e temperamento, promoção e

descoberta de capacidades, auxiliar na obtenção da realização pessoal, preparar o indivíduo para a vida activa e ajudar a sua integração na sociedade. Todavia o que observamos é que cada vez mais a exigência de uma certificação, ou seja, da obtenção de um diploma certificado, coíbe a actividade escolar face à actividade educativa e por este motivo surgem os conflitos entre escola e família (Neto, 2006).

1.2. Evolução da noção Escola – Família

Desde os anos 60 a importância que era dada à escola aumentou significativamente. A partir dessa altura a escolarização sofreu uma grande evolução pois tanto ao nível político como social, a escola passou a ser essencial para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Por esta razão, houve um aumento da escolarização formal e conseqüentemente o alargamento da escolaridade obrigatória.

Perante tal facto, o País deixou de conseguir dar resposta aos problemas que estavam a surgir devido à massificação da escolarização, passando-se então a ter em conta, a igualdade de oportunidades (Pinho, 1995).

Tendo em conta as mudanças que têm vindo a ocorrer ao longo destes anos, como reformas educativas constantes com o intuito de ir de encontro aos novos problemas que vão surgindo nas escolas, Portugal não foi diferente, ou seja, sofreu as conseqüências das mudanças político-sociais que têm vindo constantemente a ocorrer.

É neste sentido, que a participação dos pais na escola aparece, pois a escola foi alvo de um processo de mutação ao longo dos últimos tempos. Durante muitos anos a escola era um local que pertencia apenas aos alunos, professores e auxiliares, isto é, era um espaço que estava isolado da comunidade e desta forma, cabia aos professores a

obrigação de administrar os conhecimentos aos alunos, sem ter em conta as necessidades emocionais ou outras das crianças.

É então que a presença dos pais na vida escolar dos filhos vai conseguindo um novo espaço, sendo por esse motivo necessária uma boa interação entre a escola e a família para um positivo progresso no processo de aprendizagem. Os sectores relacionados com a educação vêm tentando envolver os pais na escolarização dos filhos, especificamente ao nível da gestão do sistema escolar que envolvam os pais na tomada de decisão e desta forma assumam uma certa responsabilidade no processo educativo. É de salientar ainda que a lei de bases do nosso país sugere que os pais se envolvam e participem activamente nas diferentes áreas da vida escolar dos seus filhos. De facto ao longo de muitos anos o papel dos pais na escolarização dos seus filhos era passiva. No entanto a mudança das mentalidades e sobretudo da gestão dos sistemas tem aumentado a participação dos pais no processo de educação dos filhos.

É desta forma que desde os anos 80 se tem vindo a notar um maior envolvimento dos pais na escola com o objectivo de melhorar a adaptação ao sistema escolar por parte dos alunos e assim também envolver os progenitores nas actividades escolares dos seus filhos.

Segundo Diogo (1998, in Rocha, 2010) e Carvalho (2000, 2004), a participação dos pais na escolarização é um factor essencial para o sucesso escolar dos seus filhos. Para além disso, salienta ainda que todas as investigações na área revelam que o envolvimento dos pais na vida académica produz efeitos positivos tanto nos alunos, como nos encarregados de educação como também na própria comunidade escolar. Ainda os mesmos autores revelam que estudos realizados por Henderson (1981, 1987) e Davies (1989) vêm corroborar a ideia de que os pais que se envolvem no processo educativo têm crianças com melhores resultados académicos, enquanto as crianças com

as mesmas capacidades e meios familiares semelhantes mas sem participação parental apresentam resultados mais baixos comparativamente.

Neste sentido, Matos e Pires (1994), referem que a relação família – escola produz grandes vantagens, sendo notórios os resultados positivos nos encarregados de educação, a motivação no processo educativo por parte dos professores bem como uma maior procura nas redes sociais e conseqüentemente um melhor resultado académico e uma melhor qualidade nas relações sociais dos filhos.

Desta forma, a relação família e escola apresenta grandes vantagens nesta interacção, pois as famílias vêm o seu esforço valorizado e assim continuam a ter comportamentos que beneficiem o processo educativo dos seus filhos para o sucesso (Carvalho, 2000 & Rocha, 2010).

1.3. Família e Escola

No desenvolvimento da criança e do adolescente, tanto a escola como a família são dois grandes pilares de formação e de socialização. A escola, a seguir à família é o agente mais importante de socialização. A escola promove a continuação da educação imposta pela família, ampliando e integrando desta forma a esfera educativa.

Actualmente, a escola é entendida como uma organização cada vez mais indispensável ao indivíduo, pois é através da escola que a criança ou adolescente obtém boas experiências de socialização e de interacção entre as redes sociais, dando assim seguimento ao processo educativo da família.

Para a concretização de um bom processo educativo, a escola e as famílias deverão tentar trabalhar em conjunto para que as duas instituições obtenham um bom relacionamento. Mais uma vez aqui se destacam as influências dos sistemas ecológicos,

pois a escola como sistema que é carece da participação activa dos outros sistemas que interagem com o sistema ecológico da criança e do adolescente, sendo por isso importante que a família ocupe um lugar de relevo.

Por este motivo achamos importante realçar as interacções entre os contextos escolares e familiares. Neste sentido, nenhum ser humano vive sem a influência daqueles que o envolvem e desta forma, um comportamento obriga a uma relação que existe a partir das interacções do Homem com o meio envolvente.

É neste contínuo de interacções com os outros que o indivíduo aprende e adquire conhecimentos relativos à cultura vigente de determinada época, pois segundo Pinho “é pela educação que a cultura se transmite” (1994:69). A esta partilha poderemos dar o nome de socialização.

Desta forma, os mais importantes agentes de socialização ao longo da vida do indivíduo são a escola e a família. São estes os principais responsáveis por promover o desenvolvimento dos indivíduos e lhes transmitir a educação.

Neste sentido, Davies (et al, 1989, citado por Rocha) salienta a importância da relação entre a família e a escola. No entanto refere que estas têm formas distintas de influência. No que diz respeito à família, a criança ou o adolescente é entendido como um ser com identidade própria. Na família as relações com a criança são longas, muito pessoais e com um cunho emocional forte, enquanto na escola os indivíduos são vistos como elementos pertencentes a um grupo e aqui as relações são efémeras e impessoais.

Além disso, alguns autores referem que a atitude das famílias e conseqüentemente as suas habilidades instrutivas parecem ser um factor relevante no processo de aprendizagem do seu educando, bem como, para o seu desenvolvimento global.

De acordo com esta perspectiva, é de salientar a” importância de um ambiente democrático, bem como, as características psicológicas dos pais e a herança cultural, no

desenvolvimento integral do indivíduo” (Pourtois, 1994:293, citado por Rocha, 2010:142).

Relativamente ao ambiente democrático, a criança é motivada para explorar e realizar tarefas, assim como, para procurar soluções para as dificuldades encontradas e avaliar os resultados dos seus comportamentos. No que diz respeito às características psicológicas dos pais, é de salientar a capacidade dos pais para estabelecer boas relações sociais, isto é, conseguirem atingir o equilíbrio nas trocas afectivas. Por último, quando nos referimos à herança cultural, estamos a salientar a importância que esta tem no desenvolvimento da criança, ou seja, nos meios culturalmente mais pobres verificamos que as crianças revelam alguma inibição e bloqueios no seu desenvolvimento, por outro lado, nos meios mais favoráveis, as crianças demonstram maior abertura cultural e desta forma, um melhor desenvolvimento, sendo este meio benéfico para a relação família - escola.

Benavente (1976) vem corroborar o que foi dito, pois crianças que vivem em meios socioeconómicos mais pobres, ou seja, que pertencem a meios sociais mais desfavorecidos e com menor riqueza cultural, apresentam mais dificuldades ao nível escolar enquanto as crianças que pertencem à classe social média ou alta apresentam maior facilidade e um maior enriquecimento cultural.

Do mesmo modo, Rocha (2010:145) refere que “é no seio da família e através dela que a criança terá ou não contacto com livros, brinquedos, que ela viajará, aprenderá de diferentes formas, que a sua curiosidade será desperta e tomará certas direcções segundo os meios culturais que a família lhe proporciona.”

Em face do que até aqui foi exposto, existe de facto uma relação positiva entre a participação da família e a escola. No entanto não nos podemos esquecer que há crianças que já possuem conhecimentos prévios que são adquiridos no seio familiar e

que lhes vão servir de base para a aquisição de conhecimentos futuros, assim como, também há crianças que parecem ter uma disponibilidade para aprender enquanto outras não demonstram motivação para a escolarização, ou seja, nem todas as crianças são boas alunas porque a sua família tem uma boa relação com a escola mas sim por estas razões que foram apresentadas.

Em jeito de conclusão, a escola e a família são duas instituições que se encontram em interacção e desta forma as transformações que vão ocorrendo nas outras áreas da vida humana e familiar acabam também por influenciar estas duas instituições, ou seja, influenciam e são influenciadas por estes. Por este motivo, é importante explorar os diferentes intervenientes bem como as suas carências e aptidões.

1.4. Os Pais Face à Escolha da Escola

O investimento das famílias na escolarização dos filhos tem sido alvo de debate nas mais variadas temáticas relacionadas com a educação. A este nível são também debatidos questões como a questão social e a trajectória escolar (sucesso e insucesso escolar) e estratégias utilizadas pelas famílias no processo de escolarização. Através deste debate pretende-se investigar os valores atribuídos à escola pelas famílias de classes sociais distintas (Nogueira, 1998).

A análise da compreensão dos processos das famílias de diferentes classes sociais na busca de estratégias para a selecção do estabelecimento de ensino para os seus filhos tem em atenção dois focos centrais. Por um lado as alterações na relação família e escola que são sugeridas por Nogueira (1998) como sendo resultado do debate da qualidade de ensino entre público e privado e conseqüentemente da diversidade de ofertas de serviços educacionais na rede privada. Por outro lado, “*os critérios e*

condições de escolha de escola determinando as estratégias familiares” (Oliveira, 2005:45), que salienta que tanto os critérios utilizados pelos pais para a selecção do estabelecimento de ensino, como as condições socioeconómicas distintas em que as famílias se encontram, são factores essenciais para clarificar uma boa opção de escola.

No que diz respeito aos critérios de selecção, estes variam consoante as expectativas e representação social que a família tem sobre o ensino e os projectos familiares que eles próprios construíram.

Para além do que foi referido, Carvalho (2004) acrescenta que os critérios de selecção de uma escola para os filhos também são influenciados pelas questões culturais, económicas e sociais, ou seja, as características das famílias de diferentes grupos sociais não só são um factor essencial na decisão de uma escola para os filhos como também irão predizer as condições de selecção de escola de cada família.

Segundo alguns autores ingleses a ligação que actualmente existe entre a escola e a família deve-se ao facto de cada vez mais existir uma política neoliberal que se preocupa na defesa do mercado escolar (Ball, 1995 citado por Nogueira, 1998).

No entanto segundo Robert Ballion (1980, in Nogueira, 1998), os pais possuem uma postura consumidora de escola mais estruturada e pensada, uma vez que existe uma maior diversidade ao nível das ofertas de ensino tanto ao nível dos modelos pedagógicos como dos diferentes tipos de opções, bem como na diversidade de ofertas de serviços.

Desta forma, com os estudos sobre a opção de escola surgiram diferentes tipologias com o objectivo de perceber os critérios e as estratégias utilizadas pelos progenitores na altura de optar por um estabelecimento de ensino para os seus filhos.

Nos estudos observados para analisar a selecção de escola foi possível verificar que existem diferentes critérios que influenciam a tomada de decisão de uma escola.

Segundo o estudo realizado por Ball, Gewirtz & Bowe (1995, citado por Nogueira, 1998), existem 3 tipos de pais associados às diferentes atitudes de selecção de escola:

- Os “privileged/skilled choosers”: este grupo é composto essencialmente por pais com profissões liberais e de classe média, caracterizados por terem grandes expectativas face ao ensino e por valorizarem a escolha de escola, bem como por possuírem capitais que os habilita a descodificar os mercado escolar.
- Os “semi-skilled choosers”: é um grupo em que os pais ocupam profissões díspares ou semi-qualificadas. Neste grupo os pais demonstram uma grande preocupação na escolha de escola para os seus filhos mas não apresentam conhecimentos nem recursos (conhecimentos culturais e uma boa rede de relações sociais) que os possibilite de usar com eficácia a sua escolha.
- Os “disconnected choosers”: é constituído essencialmente por pais com baixo escolarização e pouca experiência com a escola, caracterizados essencialmente por estarem ligados ao que o mercado lhes oferece.

É ainda importante salientar que os pais que profissionalmente são professores no processo de escolarização dos seus filhos são muito competentes e exigentes comparando com outros grupos sociais. Esta desenvoltura deve-se ao facto deste possuírem grandes conhecimentos ao nível do funcionamento do ensino, bem como terem uma boa rede de relações sociais especificamente no meio escolar.

Um outro aspecto que merece igualmente atenção e que influencia a decisão de escola é a tipologia dos comportamentos familiares e as estratégias por eles utilizadas. Segundo Héran (1996, in Nogueira, 1998) a escolha de escola tem um cunho mais ou

menos passivo, ou seja as escolhas feitas pelos familiares são classificadas pelo autor como passivas ou activas. Relativamente à escolha activa, esta é característica das famílias ricas culturalmente ou economicamente, detentores de um conhecimento vasto sobre a escolarização. Em contrapartida, os grupos sociais mais desfavorecidos optam pela escola dos seus filhos passivamente, obtêm informações das escolas através do que os outros dizem. Este autor ainda faz referência aos pais que se estabelecem de forma autónoma e que têm preferência pela escola privada, pais enquadrados profissionalmente na função pública, especificamente professores.

Ballion (1991, in Nogueira, 1998), por outro lado, distinguiu dois tipos de estratégias utilizadas no processo de selecção de uma escola aos quais deu o nome de funcionais ou domésticas e avaliatórias. Quanto às primeiras, a selecção é feita tendo em conta questões práticas como proximidade de casa e preço, enquanto as avaliatórias dão especial atenção à pedagogia utilizada bem como aos aspectos educativos, como por exemplo, disciplina, equipamentos, entre outros.

Então, quanto às estratégias utilizadas na escolha de uma escola, estas são classificadas como, estratégias de evitamento que evitam estabelecimentos de ensino junto de bairros populares ou com alunos de baixo nível socioeconómico; e estratégias preventivas que procuram evitar situações de fracasso escolar e estratégias de distinção utilizadas para certificar o ensino em escolas selectas e de prestígio.

Quanto ao último aspecto, tipologia dos estabelecimentos de ensino, este afigura-se quase que exclusivamente do ensino privado. Para este ponto existem dois estudos um francês realizado por Ballion e outro brasileiro de Carvalho. Iremos apenas referir o estudo de Carvalho (2004), pois parece-nos ser o mais equivalente ao ensino português. Neste sentido a autora distingue três tipos de estabelecimentos: quanto aos **emprendimentos institucionais**, destacam-se as escolas mantidas pelas congregações

religiosas. Têm como principal objectivo educar os seus alunos na base dos valores humanistas e religiosos. Neste tipo de instituição dão grande valor à disciplina e ao desempenho académico de grande qualidade e aparecem, na grande maioria das vezes, no ranking das melhores escolas; relativamente às **empresas educacionais**, estas distinguem-se das escolas públicas na medida em que preservam um ensino de excelência, o atendimento personalizado e individual do aluno, bem como uma grande flexibilidade no tratamento das situações problema. Aqui também é dada grande importância aos meios tecnológicos utilizados e à qualidade dos recursos pedagógicos e das instalações. No que diz respeito aos empreendimentos pedagógicos, são criados por um grupo de profissionais da área o que implica que não tenham uma instituição que os mantenha e desta forma estejam mais vulneráveis à instabilidade financeira. Neste tipo de empreendimentos realçam a formação do indivíduo tendo em conta a sua participação nas demandas sociais. Para além deste aspecto, a criatividade, a liberdade e o espírito empreendedor são também algumas das características valorizadas neste tipo de empresa (Carvalho, 2004).

No estudo realizado por Oliveira (2005), a maioria das famílias investigadas possuía algum tipo de informação sobre o funcionamento de ensino da escola onde gostariam de matricular o seu filho através de amigos. Para além disso foi também possível verificar que em menor percentagem aparece a influência exercida através da experiência anterior dos seus filhos. Em destaque aparece a rede social dos pais, ou seja, é de notar a grande influência das relações sociais dos pais no processo de escolha de escola enquanto a rede social dos filhos aparece com menos relevância.

É ainda importante verificar que perante as novas demandas da sociedade na nova estrutura familiar, ou seja, participação activa da mulher no mundo do trabalho, ainda é

à mãe que é dada a maior parte da responsabilidade no processo de escolarização dos filhos.

1.5. O processo de escolha: Referências Teóricas

O processo de escolha de uma escola é uma decisão de grande importância no núcleo familiar. É na escola que as crianças, cada vez mais, passam a maior parte do seu tempo, onde adquirem diferentes conhecimentos mas também valores que vão ser importantes para o resto da sua vida. Especialmente a escolha da escola para os primeiros quatro anos de ensino não é uma tarefa simples uma vez que implica uma grande responsabilidade pela importância que estes primeiros anos representam para o futuro de uma criança. É nesta fase que a criança faz as primeiras aprendizagens, inclusive, aprende o alfabeto e consecutivamente aprende a ler, sendo por esse motivo uma fase relevante para o seu desenvolvimento infantil. Neste sentido, os pais redobram os seus esforços na busca da melhor escola para os seus filhos. Na altura de escolher a escola para as crianças, existem diferentes elementos que são tidos em conta, como por exemplo, a linha pedagógica da escola, a localização, o espaço físico, os professores, referências de amigos, entre outras coisas (Oliveira, 2008).

Carvalho (2004, in Oliveira, 2005) corrobora o que foi referido anteriormente, acrescentando que a escolha do estabelecimento de ensino depende também das condições económicas do agregado familiar bem como de questões como: crenças religiosas e culturais dos pais, das expectativas e do desejo de ensino dos filhos, do status pretendido, do tipo de características pessoais e de potencial escolar do filho com o estabelecimento de ensino e a possibilidade de criar amizades, o que para os pais é um

factor importante pois só assim conseguem ter controlo sobre as relações sociais dos seus filhos.

Para Santomé (2003), os pais na decisão da escola para os seus filhos têm em atenção factores objectivos como opções curriculares, o tipo de contrato dos docentes têm com a escola, as políticas escolares e ainda tendo em conta a direcção pedagógica da instituição escolar.

Para além da preferência do ensino privado pelas famílias, os estudos comprovam que os pais têm tendência a escolher estabelecimentos de ensino diferentes para cada filho. Esta opção tem a ver essencialmente pelas diferenças das necessidades, idade e personalidade de cada criança. Para estes pais, os estabelecimentos de ensino não possuem qualidades a todos os níveis e por isso estas devem ser ajustadas às características individuais de cada filho (Nogueira, 1998; Brandão & Lelis, 2003, in Oliveira 2005).

No estudo desenvolvido por Oliveira (2005), os aspectos mais valorizados pelas famílias durante a visita à escola foram a metodologia e a proposta pedagógica da escola. Estas características enquadram-se mais uma vez nas famílias “*privileged/skilled choosers*” referidas anteriormente.

Em contraposição os critérios menos valorizados na selecção da escola dizem respeito à orientação religiosa e a localização da escola. No entanto nos estudos de Brandão & Lelis (2003, in Oliveira 2005), a proximidade de casa e a prática de métodos distintos juntamente com a boa formação cultural parecem ser os motivos pelo qual os pais fazem a escolha da escola para os seus filhos.

Relativamente à posição que os pais ocupam face à escolha da escola para os seus filhos, Walberg (s.d) refere que o desempenho dos alunos melhora consideravelmente,

bem como outros resultados que a sociedade considera serem valiosos e por isso trazerem benefícios próprios.

Quando as pessoas escolhem o médico para os seus filhos, estas tomam a sua decisão baseada em critérios objectivos e subjectivos, ou seja, esta escolha é essencialmente aleatória e motivada por indicações de amigos e não tendo em conta, a faculdade onde o médico se formou, as qualificações, as possíveis más práticas, entre outras coisas. Na sua grande maioria os pais têm apenas em consideração se o médico lhes prestou atenção, se foi simpático, se o que o médico receitou surtiu efeito. Por pouca cientificidade que estas razões possam ter, os americanos fazem a escolha dos seus médicos tendo em conta estes aspectos.

Do mesmo modo, na sua maioria, os pais fazem a selecção da escola para os seus filhos não tendo em conta apenas um único critério objectivo.

Um inquérito realizado nos Estados Unidos por Andrew Coulson (in Walberg, s.d) revela que os pais na altura de escolherem a escola para os seus filhos, quando isso lhes é possibilitado, dão grande importância ao desempenho académico. O estudo de National Household Survey de 1993 (in Walberg, s.d) vem confirmar isso referindo que os pais que optam por uma escola independente para os seus filhos nomeiam frequentemente como sendo um factor primordial, para essa selecção, um bom ambiente académico.

Segundo o mesmo autor e tendo em conta um inquérito da Public Agenda, os pais prefeririam optar por uma escola privada caso tivessem à sua disposição o cheque escolar, pois as propinas são muito caras para a grande maioria das famílias norte-americanas.

É importante salientar que a população Norte-americana, segundo um inquérito realizado, demonstra um grande descontentamento com o ensino público, pois revelam

uma falta de progressos no desempenho e ameaça ao bem-estar individual e nacional na educação básica e secundária ineficaz e ineficiente. Desta forma, os pais têm o dever de supervisionar a escolarização dos seus filhos, resultando numa escolha com ponderação e em consonância com a preferência dos filhos, pois estes preferem maior exigência académica.

Segundo Walberg (s.d) os alunos que se encontram a estudar em escolas privadas demonstram melhores resultados e melhor desempenho do que os alunos com as mesmas capacidades, todavia a estudar em escolas públicas. Para além destes aspectos, os alunos revelam ainda taxas mais elevadas de termo dos estudos e conseqüentemente maior admissão às universidades do que os alunos das escolas públicas.

Em jeito de conclusão, as escolas privadas revelam maiores níveis de desempenho escolar, mesmo depois de se controlar as variáveis “estatuto socioeconómico” das famílias, pois as escolas privadas apresentam uma boa organização, como directores competentes com uma visão alargada do que é o ensino, bem como, liberdade de adoptar as medidas políticas necessárias.

No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, segundo Peterson e Llaudet (in Walberg, s.d) este parece ser um factor que exhibe alguma influência nos estudos de comparação das escolas privadas com as escolas públicas, pois as crianças de meios mais pobres não têm facilidade de acesso a computadores, a livros, bem como, apresentam menor estimulação ao nível do estudo por parte da família e apresentam maior absentismo escolar.

2. Privado em Educação:

2.1. Privatização da Educação

O conceito de privatização, segundo Carneiro (2006) e Levin (2001) refere-se às transferências de actividades e responsabilidades de instituições do Estado para entidades privadas. Este movimento é visto como uma liberalização e como uma mercantilização. Quanto ao primeiro, as entidades são libertadas das regras do governo e quanto ao último, a criação de novos mercados faculta outras opções aos serviços governamentais.

Uma vez que a educação é um sector com grande peso orçamental no nosso país a tendência é cada vez mais para a privatização. Assim, a privatização pode ocorrer de formas distintas, segundo os autores Belfield e Levin (2004), como por exemplo a **oferta privada** em que o ensino é prestado sem qualquer tipo de apoio ou ajuda do Governo. As entidades de ensino privado podem ser dirigidas por grupos religiosos, empresas privadas ou centros de solidariedade; o **financiamento privado** onde o ensino é pago pelos sujeitos e não pelo governo, isto é, são os progenitores que pagam o ensino directamente e não através do recurso aos impostos do Estado; quanto à **regulação, gestão e monitorização das escolas privadas**, as entidades educativas podem ser monitorizadas por aqueles que dela usufruem directamente, ou seja, os pais e os alunos são os responsáveis por ensino de qualidade, sob dois pontos de vista: não inscrevendo os seus filhos em escolas de pouca qualidade e por outro lado quando exigem melhor qualidade de ensino. Assim, a privatização pode dar maior autonomia aos pais sobre o que acontece nas escolas.

Nas sociedades e políticas contemporâneas podemos verificar uma elevada competitividade, um maior nível de diferenciação e especialização, de eficiência e eficácia relacionado com a privatização e com a liberalização. Este facto não ficou indiferente às questões da educação, pois segundo Estêvão (1998), a privatização foi alvo de um grande investimento por parte de certos países como sendo um sector privilegiado “das políticas neoliberais, aproveitando, entre outros aspectos, o contexto da crise de legitimação do Estado” (1998:75), bem como, “algum desencanto pelo fracasso das metas educativas que visavam a expansão do princípio da igualdade de oportunidades” (1998:117).

Segundo Cotovio (2004), com o aparecimento destes novas ideias neoliberalistas e com a ideia de modernização, a eficácia e a especialização parecem influenciar as políticas educativas e deste modo impor o rigor e racionalidade do sector empresarial para o sistema educativo. Carneiro (2006) que refere que as novas propostas neoliberais revelam um interesse supremo pela qualidade do ensino, bem como, a possibilidade de uma escolha livre associada à evolução gradual da mercadorização e conseqüentemente à privatização dos seus serviços.

Durante esta época neoliberalista, as pressões exercidas na esfera educativa, tanto politicamente, como socialmente ou economicamente, obrigavam as instituições educativas a adoptar modelos de gestão empresarial, para poder satisfazer as necessidades do meio, devendo prestar mais atenção à eficiência, à eficácia e à qualidade de ensino.

Neste sentido, Estêvão (2000) refere que a privatização ao nível educacional tem vindo progressivamente a ter maior importância, uma vez que apresenta maiores benefícios, essencialmente ao nível da igualdade de oportunidades, ou seja, apresenta-se face à incapacidade do Estado para dar resposta e poder prestar os seus serviços de

modo equitativo. Belfield e Levin (2004), referem que quanto aos defensores do ensino privado eles são motivados por crerem que os pais têm o direito a escolher a escola para os seus filhos, enquanto os defensores do ensino público referem que um ensino um ensino com base nas questões financeiras das famílias não é justo. Cotovio (2004) faz referência a Costa, dizendo que os pais têm o direito a escolher a educação que querem dar aos seus filhos. No entanto, as famílias como não têm competência para ensinar, incumbem os profissionais das áreas para o fazer, confiando neles para ensinar os seus filhos. Desta forma, o processo de escolha da escola para os seus filhos tem de ser um acto consciente e de “confiança dos pais” (1991:198, in Aires Barros, 1994).

As pressões impostas por aqueles que procuram a privatização do ensino está directamente relacionado com desejo dos pais, pois em certos países a educação é vista como uma forma de ascensão económica e social. Estes fundamentos incentivam a procura da educação (James, 1987, in Belfield e Levin, 2004) e se as entidades de ensino estatal não satisfizerem as necessidades dos pais, estes irão à procura de uma educação privada, pois as famílias procuram, actualmente, um ensino diferenciado para os seus filhos. Quanto às pressões do lado da oferta, Belfield e Levin (2004), referem que outra força motivadora da privatização resulta da falta de qualidade do ensino público (Murphy, 1996, in Belfield e Levin, 2004), pois muitas famílias podem considerar que as escolas públicas não são eficazes na administração do conhecimento aos seus alunos (Hanusched, 1998; Rauch e Evans, 2000, in Belfield e Levin, 2004), demonstrando assim alguma insatisfação. Essa insatisfação está relacionada com a falta de segurança dos filhos nas escolas estatais, levando estes a procurar escolas de ensino privado.

Por fim, há ainda outros factores que potencializam a criação de mais ensino privado, nomeadamente as alterações ao nível do sistema económico e social, ou seja, a

globalização que promoveu e estimulou a busca de ensino “mais eficiente, mais flexível e mais alargado” (Belfield e Levin, 2004:35) por parte do governo, sendo por isso o ensino privado adaptável a estas mudanças (Carvalho, 2008).

2.2. Defensores versus Opositores do Ensino Privado

2.2.1 Teorias Defensoras do Ensino Privado

Quanto aos defensores do ensino privado, Estêvão refere que a escolarização privada aumenta e potencializa a distribuição social mas que também pode ser considerada como uma forma de promover um ensino de qualidade aos mais desfavorecidos, bem como, proporcionar ajuda às necessidades familiares.

Levin (2003) argumenta a favor do ensino privado, realçando que todas as famílias têm os mesmos direitos. Desta forma, tendo em conta que vivemos numa sociedade democrática, as famílias têm direito a escolher a escola para os seus filhos, consoante aquilo que acham mais adequado para os mesmos, ou seja, tendo em conta os valores, expectativas e preferências que na sua opinião são importantes no desenvolvimento das suas crianças. Desta forma, se tivermos em consideração que o sistema de ensino corresponde aquilo que são as preferências dos pais, ou seja, através de uma escolha livre da escola, encontramos instituições escolares mais distintas e prontas a concretizar as necessidades apresentadas por estas famílias. Assim, um dos grandes objectivos proposto ao sistema educativo é manter o equilíbrio entre uma selecção de escola que se adequa às exigências do desenvolvimento individual e uma escolarização que proporcione a igualdade de oportunidades e a coesão social. Este objectivo tem sido causador de grandes tensões no sistema educativo.

Belfield e Levin (2004) corroboram as ideias de Levin, acrescentando ainda que os pais quando fazem a escolha de escola dos seus filhos apresentam mais estímulos para apoiar os seus filhos e uma noção mais clara do que são as reais necessidades escolares dos seus filhos. Para além dos factores mencionados anteriormente, a liberdade de escolha de escola impõe maior transparência, ou seja, quando os pais seleccionam a escola dos seus filhos têm também em conta a educação que querem para os seus filhos, isto é, vão ter em conta a educação ministrada por determinada escola.

Importa ainda salientar Carneiro (2006) que faz referência aos autores Chubb e Moe (1990), os quais referem que havendo uma livre escolha de escola, vai proporcionar que as escolas com menos eficácia se tornem melhores senão estarão sujeitos a fecharem por falta de alunos. Ainda os mesmos autores revelam que uma selecção de escola por parte dos pais irá fazer com que estes tenham maior influência nos professores e ainda sobre os seus filhos para que desta forma o ambiente educativo seja mais favorável, promovendo uma melhor aquisição de conhecimentos e consequentemente melhores resultados.

Por último, no que diz respeito à livre escolha de escola, Barroso (2004) salienta que os defensores do ensino privado baseiam as suas convicções em dois aspectos fundamentais: por um lado os pais têm o direito de escolher livremente a escola para os seus filhos e por outro a administração da escola pública é inconsciente e inoperante, respondendo apenas aos interesses dos funcionários.

2.2.2. Teorias Opositoras do Ensino Privado

Quanto aos opositores do ensino privado, Belfield e Levin, referem que a possibilidade da escolha de escola é prejudicial para a coesão social, fazendo com que

haja maior separação dos indivíduos em detrimento da união e da protecção social. Esta situação faz com que as escolas compitam entre si, desfavorecendo a formação cívica dos alunos. Assim, pensa-se que se as novas reformas de privatização só incluírem o “serviço público e não o financiamento público,” não se notará tanto as desigualdades sociais (2004:62). É ainda importante salientar que se a privatização favorecer as famílias, ou seja, incitar as famílias a despreocuparem-se mais com o dinheiro que gastam com a educação dos seus filhos, talvez esta possa criar mais união social.

Nesta mesma linha de raciocínio Marques (2001) faz referência a White (1992), salientando que o mesmo autor realizou um estudo onde os alunos com poucas capacidades socioeconómicas, ao qual lhes era dado um cheque ensino e que estando inscritos em escolas privadas não obtinham melhor aproveitamento. Desta forma, o autor revela que, uma vez que a liberdade de opção de escola não surte efeito, as opiniões contra este ideal começam a surgir, como por exemplo, a desigualdade social permanece, não deixam de haver estabelecimentos de ensino com poucas qualidades e as diferenças ao nível da obtenção de informação mantêm-se.

Assim, as famílias carenciadas continuam a optar por inscrever as suas crianças em instituições que se situam perto da sua casa, mesmo sendo escolas degradadas ou problemáticas. Para além disso, as famílias de um nível socioeconómico baixo não têm capacidades, ou seja, não têm conhecimentos que as ajude a obter informações sobre a qualidade da escola e das facilidades que estas podem ter, obrigando-as a manterem-se nas escolas de maior proximidade das suas casas. Marques (2001) refere ainda Lee (1993) que salienta que a liberdade de escolha de forma aleatória pode ser prejudicial, pois para fazer uma boa opção é necessário recolher boas informações. No entanto, parece-nos que as famílias mais carenciadas revelam poucos recursos e poucas expectativas no que diz respeito à escolarização dos seus filhos.

No que diz respeito aos opositores de uma liberdade de escolha de escola, Barroso, salienta três aspectos: o primeiro refere que a liberdade de escolha realizada pelas famílias potencia a desigualdade social e económica, pois as famílias de nível socioeconómico elevado têm em conta a sua escolha sobretudo pela qualidade dos alunos, não realçando a qualidade das aprendizagens. Em contrapartida, as famílias carenciadas não têm capacidades para reconhecerem as escolas de qualidade. Assim, como podemos verificar, a posição é diferente consoante o tipo de famílias que encontramos, o que nos leva a concluir que “em vez de diversificar a oferta, o que este tipo de regulação faz é hierarquizá-la” (2004:92); quanto ao segundo aspecto, a liberdade de escolha incentiva a competição entre as escolas, fazendo com que a direcção pedagógica foque mais a sua atenção nas propagandas de marketing do que nas mudanças para um ensino mais qualificado; por último, as escolhas de escola são essencialmente políticas utilizadas pelas escolas de ensino particular o que de certa forma faz com que não aja um ensino de qualidade para todos os elementos da comunidade.

3. Modelos de Decisão

3.1. Importância da Tomada de Decisão

Tomar uma decisão é algo que fazemos diariamente e que diz respeito à forma como nós resolvemos uma situação problema. Nesta resolução do problema tomamos atitudes de cariz consciente ou inconsciente.

Relativamente à situação problema esta pode ser menos familiar e concomitantemente, mais difícil, inconstante e dúbia e desta forma mais complicada é a estratégia aplicada. No que diz respeito aos problemas mais simples, estes têm à partida regras pré definidas (*decisões programadas*) conhecidas por todos os elementos da organização o que poderá ser um facilitador na hora de tomar uma decisão.

No entanto nas organizações é habitual encontrarmos decisões complicadas ou *não programadas*. Estas envolvem estratégias de resolução estruturadas bem como um pensamento criativo e revolucionário.

Sendo a tomada de decisão uma definição bipolar, tendo em conta o ponto de vista referido anteriormente, o seu objectivo é sempre o mesmo, ou seja, tem como principal função assegurar e manter os níveis de equilíbrio da organização (Carneiro, 2006).

Todavia com o passar do tempo a definição de tomada de decisão foi-se alterando. Para Sfez (1990), a tomada de decisão não diz respeito a um único momento mas sim a um tempo que é indefinido e que envolve diferentes subsistemas.

Importa salientar que o processo de tomada de decisão pode ser influenciado por correntes manifestas dos diferentes subsistemas de uma organização, como por exemplo, pressões do meio e atitude de cada um dos elementos da organização (Carneiro, 2006).

Numa organização podemos encontrar diferentes modelos de decisão e que a seguir iremos descrever.

3.2. Modelos de Decisão

A definição do conceito de organização assume diferentes conotações consoante as perspectivas que lhe estão subjacentes. Por isso, a escola, enquanto organização deve ser compreendida através da análise dos diversos modelos desenvolvidos sobre esta temática.

A adopção de um modelo exclusivo para a realização de um estudo sobre a organização escolar conduz à selectividade e à parcialidade. Assim, é necessário recorrer a perspectivas múltiplas para o enquadramento dos fenómenos organizacionais, uma vez que a escola possui nas suas dimensões, características ora de um modelo, ora de outro não tendo "contrato" de exclusividade com qualquer um deles. Como tal, é importante termos em conta que uns modelos se situam a um nível interpretativo e explicativo dos fenómenos organizacionais ao passo que outros tendem a situar-se num nível normativo e prescritivo.

Neste sentido, abordar-se-á, de seguida, alguns dos modelos organizacionais de escola, procurando observar as suas formas de presença tanto nas organizações escolares públicas como nas privadas.

3.2.1. Modelo Burocrático

A burocracia, enquanto modelo de organização tem sido um ponto de referência para o pensamento organizacional e tem como autor de referência Max Weber. À luz desta abordagem a escola é uma estrutura social, racionalmente construída com normas

e actividades claramente definidas, cujas acções visam realizar as metas perspectivadas de forma a que haja congruência entre os meios e os fins, ou seja, entre as finalidades e objectivos. Este modelo faz apelo a normas de funcionamento padronizado, o que, teoricamente, facilita aos membros da organização a realização do seu trabalho, na medida em que todos sabem o que fazer, como fazer e quando o fazer.

Segundo os estudiosos, este modelo assume como características fundamentais o carácter legal das normas e regulamentos, o carácter formal das comunicações; o carácter formal da divisão de trabalho; a impessoalidade nas relações; a hierarquia de autoridade, a competência técnica e a meritocrática; as rotinas e os procedimentos standardizados; a especialização da administração; a profissionalização dos participantes e a previsibilidade de funcionamento (Costa, 1996). Tendo em conta a presença ou não destas variáveis numa organização ela pode ser vista com um maior ou menor grau de burocracia.

No modelo burocrático, as decisões concentram-se no topo da hierarquia havendo uma participação escassa dos subordinados na tomada de decisões. As inovações a fomentar são concebidas e decretadas pelos detentores do poder formal e só posteriormente são executadas na periferia, por isso, a burocracia exige um aparelho administrativo que reforce o poder de chefia, pois num sistema onde impera a conformidade é necessário que haja alguém que estipule as normas a serem seguidas e fiscalize esse cumprimento.

No domínio da prática, o modelo burocrático, regista disfunções e incompatibilidades havendo um excesso de formalismo e de "papelório" que inibem as relações. As normas raramente são alteradas o que fomenta a resistência à mudança e às inovações. Nesta perspectiva, as pessoas são encaradas como autómatos, sem iniciativa

e sem autonomia, o que envolve uma despersonalização das relações. Assim, o papel dos actores é de meros executantes.

Deste modo, constata-se que apesar de possuir vantagens este modelo não está isento de diversos constrangimentos verificados, por exemplo, quando é aplicado à organização escolar, na medida em que as interpretações locais dos membros organizacionais não são coerentes com esta racionalidade burocrática, pois os actores escolares possuem uma margem relativa de autonomia que lhes permite utilizar determinadas estratégias com o intuito de contextualizar as regras e as normas decretadas ou juridicamente consagradas. Assim, os actores escolares recriam as normas e produzem novas regras que substituem as formais em termos de aplicação concreta o que significa que desviam a tradução do normativo a favor dos seus interesses e objectivos.

No caso específico da educação, Formosinho (1985) refere que algumas das características apontadas por Max Weber se coadunam com o sistema educativo português o qual é centralizado e burocrático. Formosinho alerta, no entanto, para a incompatibilidade entre este sistema centralizado e a gestão escolar pedagógica renovada que se torna difícil de se realizar neste contexto conformista e uniformista.

Estêvão (1996) refere que estudos realizados permitiram concluir que as escolas privadas com forte orientação para a competitividade têm um grau inferior de burocracia quando comparadas com as escolas públicas pois, apesar da sua dependência para este sector, reúnem condições para fomentar a inovação e encontram-se menos sujeitas à reprodução integral das decisões centralistas tomadas pelo sistema. Além disso, a liderança no ensino particular encontra-se nos seus próprios órgãos o que envolve uma maior personalização das relações.

Às organizações educativas públicas está mais associado o modelo burocrático na medida em que no nosso país estas organizações funcionam segundo os parâmetros da administração pública que é fortemente centralizada, logo possuem um leque de objectivos e de disposições previamente definidas que orientam a acção dos professores e restantes actores organizacionais.

Deste modo, constata-se que em certas dimensões tanto o ensino particular como o ensino público se orientam por princípios burocráticos. Contudo, existem outras áreas, como por exemplo a interacção entre os diferentes actores, sobre os quais nada sabemos se nos guiarmos unicamente pela vertente burocrática.

3.2.2. Modelo Político

À luz do modelo político, a organização é visualizada como uma arena onde se degladiam grupos de actores com interesses diferenciados e conflituais.

A perspectiva política ajuda a compreender o comportamento humano na organização em que os indivíduos são participantes dotados de vontade própria e com interesses pelos quais são capazes de lutar. Os indivíduos são actores políticos e organizacionais assumindo-se como cooperantes ou não mas nunca como ignorantes. Evidencia-se, ainda, a grande participação dos actores mas também a inconsistência e a durabilidade dessa participação bem como a ambiguidade e a interpretação política dada às metas organizacionais. Como características essenciais deste modelo encontram-se o conflito permanente, a negociação de interesses e a busca de consensos, pelo que a escola é considerada como um sistema político em miniatura com um modo de funcionamento semelhante ao das situações políticas.

Na escola existem alguns aspectos que apelam à aplicação deste modelo. A título exemplificativo refere-se a escassez de recursos que origina divergências entre os actores organizacionais sobre como, quando e em que circunstâncias estes devem ser usados. Tal facto deve-se à grande diversidade de crenças e de interesses que, por sua vez, geram situações de conflito, ou seja, cada um dos membros procurará realizar o que na sua perspectiva está correcto e se coaduna com os seus interesses e pontos de vista. Assim sendo, desta "luta" política saem vencedores aqueles que possuem maior grau de poder e de influência.

Estêvão (1996) afirma que um dos pontos débeis deste modelo encontra-se precisamente na grande importância que é dada ao sentido estratégico dos actores organizacionais como se estes fossem capazes de avaliar e calcular todas as circunstâncias em que os fenómenos se desenvolvem.

3.2.3. Modelo Ambiguidade

Aqui a ambiguidade é a característica central. Os objectivos não são claramente definidos, pelo que a consensualidade é inexistente. Desta desconexão resulta uma multiplicidade de formas de realizar a acção, pois as tecnologias e os procedimentos não se consubstanciam no princípio "the one best way". As decisões são tomadas visando a resolução imediata do problema e sem qualquer racionalidade à priori.

A organização, segundo este modelo tem flexibilidade estrutural e funcional pois cada organização actua da forma que achar mais conveniente dando lugar a uma pluralidade de valores, interesses e objectivos.

Neste contexto os actores organizacionais possuem autonomia para procurar alternativas para resolver os problemas sem recorrerem aos normativos, podendo sempre no decorrer da acção reformular os objectivos que se vão construindo. Este modelo organizacional não é favorável aos processos rotineiros de actuação.

Neste modelo organizacional insere-se a metáfora do "garbage can" que sugere a existência de um "caixote do lixo" onde diversas soluções, independentemente das áreas de decisão a que dizem respeito, estão misturadas. Assim, quando ocorre um problema a solução é encontrada tendo em conta mais o contexto desse acontecimento do que a especificidade do problema.

Este modelo tem ainda uma fraca articulação dos diferentes elementos de um sistema aos quais muitas vezes estão desligados e são independentes quanto a intenções e acções, processos e tecnologias, meios e fins. O processo de tomada de decisão tem um carácter conjuntural o que pressupõe o risco permanente.

3.2.4. Modelo Comunitário

Segundo este modelo, a escola pode adoptar diferentes posições face à comunidade envolvente. A este propósito Formosinho (1989) define a escola sob duas vertentes: a escola como serviço local do Estado e a escola como comunidade educativa.

A escola serviço local do Estado é uma concepção em que a escola está submetida à cadeia hierárquica do sistema central (Ministério da Educação) estando assim a sua direcção fora dela e a comunidade escolar reduz-se aos membros da escola - professores, alunos e auxiliares de acção educativa. A escola não possui qualquer tipo de autonomia, existindo um órgão de inspecção a quem é feita a prestação de contas e a

quem importa mais a forma como as directrizes foram cumpridas do que os resultados escolares dos alunos. Ao professor enquanto funcionário público compete ser obediente ao Estado. As fronteiras físicas e legais são realçadas nesta concepção de escola. Este modelo revela uma escola completamente fechada, sem abertura à comunidade, onde os pais não estabelecem relações de parceria sendo apenas "tolerados". Por outro lado, a escola como comunidade educativa é uma escola que funciona nos parâmetros de uma unidades estatal de administração periférica encontrando-se a sua direcção na comunidade educativa que a constitui a qual é formada por pais, alunos e autarquias.

Os diferentes níveis de autonomia são conferidos a este tipo de escola o que faz com que haja um aumento da responsabilização por parte dos seus membros. A prestação de contas é feita em primeira instância à comunidade local e, posteriormente, ao Estado. As fronteiras físicas e legais são substituídas por uma fronteira social, fazendo com que a característica essencial desta concepção seja o estimular das relações entre todos os membros da comunidade.

No âmbito educativo esta imagem comunitária desenvolve-se em torno do conceito de “comunidade educativa” e de projecto educativo de escola já que o projecto educativo se define como o instrumento que pertence à organização que representa a vontade colectiva possibilitando uma certa autonomia ao nível da escola/ comunidade. (Formosinho, 1989).

Carlos Estêvão (1996) considera que as escolas privadas tendem a ser mais propícias à aplicação do modelo comunitário pois, para além de privilegiarem a estrutura informal da organização, ou seja, de promoverem o desenvolvimento da dimensão humana, possuem também recursos humanos e materiais susceptíveis de melhor garantirem a consecução dos objectivos colectivos assumidos, assim, o direito à cidadania.

3.2.5. Modelo (neo) Institucional

Este modelo visa ultrapassar as limitações dos modelos da escolha racional (Estêvão, 1998). Neste seguimento surge, segundo o mesmo autor, uma definição de organizações que diz respeito a entidades independentes do meio no entanto interpenetradas com os vários elementos da sociedade racionalizada, dependendo ainda de políticas e de regras supraorganizadas.

Desta forma, as organizações enquanto entidades que interpretam diferentes papéis têm que estar em conformidade com as regras culturais mais vastas e com os modelos de comportamento actuais para não serem postas em causa quanto à sua existência. Assim, investem na identificação com as definições institucionais (como escola ou sucesso, por exemplo), organizam-se com as categorias rituais (aluno, professor, turma ou ano de escolaridade), garantem alta descrição interna acautelando avaliações ou controlos externos que possam por em causa a eficiência e a eficácia da sua estrutura e das regras que descrevem o que é uma educação adequada. Preocupam-se também em promover a confiança e a “boa fé”, para que possam unir a acção à intenção e assim garantir a coesão e organização (Estêvão, 1996).

Segundo este ponto de vista, as entidades educativas privadas são organizações grandemente institucionalizadas, ou seja, são criadas e validadas, ganham sentido e identidade pelas regras impostas pela sociedade e pela própria estrutura organizacional.

Neste modelo uma das características que mais se destaca tem a ver com o facto de estas organizações estarem de alguma forma menos sujeitas que as organizações públicas a pressões essencialmente de ordem política mas no entanto mais expostas à ordem institucional do mercado podendo eventualmente apresentar uma estrutura menos elaborada, uma menor complexidade administrativa e mais coerência que as escolas

públicas (Scott & Meyer, 1988, in Estêvão, 1996). Estêvão (1996:240) reforça as conclusões dos autores referidos anteriormente salientando ainda que “o grau de complexidade estrutural das organizações educativas privadas continuaria a ser menor embora globalmente não se afastasse muito das escolas públicas”.

Assim podemos concluir salientando que a perspectiva institucional tem em atenção a eficiência organizacional podendo em algumas situações ser indiferente para a acreditação e sobrevivência de uma organização.

3.3. Outro Tipo de Abordagens Organizacionais nas Escolas Privadas

3.3.1. Imagem de Clã

Segundo esta perspectiva, que medeia a lógica burocrática e a de mercado (Estêvão, 1996), a escola é vista como um conjunto de relações entre pessoas envolvidas numa actividade sócio-económica e interligadas por uma diversidade de laços. O que significa dizer que a imagem de clã procura associar os benefícios de uma visão humanista e colectiva da escola ao sucesso mercantil.

Com este modelo organizacional tenderá a existir uma convergência entre os interesses individuais e os interesses da organização que por sua vez originarão uma menor ocorrência de conflitos de interesses. Pode-se assim referir que esta convergência de metas conduz ao estabelecimento de relações harmoniosas e um forte sentido de pertença à comunidade por parte dos membros. O líder ou o gestor, segundo este modelo, partilha o poder e a informação com os restantes actores organizacionais não

havendo uma especialização de papéis. Além disso, são valorizados o relacionamento pessoal e directo e os sentimentos de confiança e de solidariedade (Estêvão, 1996).

As organizações educativas privadas, tal como as públicas, afastam-se na sua essência quer da imagem burocrática quer da imagem de mercado, por reforçarem dimensões humanas colectivas e simbólicas. No entanto aproximam-se destas quando se orientam para a produtividade. É neste contexto que as organizações se inserem numa imagem de clã, ou seja, aliam os aspectos que consideram vantajosos ora de um modelo, ora de outro a favor dos seus interesses organizacionais.

3.3.2. Imagem de Mercado

Este modelo também denominado como empresarial, tem especial relevância nos estudos organizacionais. Este modelo tem como pressupostos uma concepção mecanicista e economicista do homem. Nesta óptica, os alunos são encarados como uma matéria-prima a ser moldada e a escola é vista como se de uma empresa se tratasse com o claro intuito de obter produtividade e lucro assentando no princípio da eficácia. Neste contexto a escola perde a sua função de socialização e de extensão da família para se tornar numa "indústria de transformação" (Costa, 1996).

Identificando a escola como os princípios do Taylorismo, esta seria estruturada por disciplinas, logo compartimentada, com horários uniformes e com uma avaliação descontínua. A escola obedeceria aos trâmites de uma escola fechada com relações unipessoais, cabendo aos professores moldar durante um certo período de tempo o produto (o aluno). Além disso, imperaria a uniformidade curricular e as metodologias

orientar-se-iam para o ensino colectivo do agrupamento rígido de alunos, o que tenderia para a homogeneização.

As escolas privadas na perspectiva empresarial podem utilizar técnicas de "marketing" e recorrer às disputas pelo recrutamento dos alunos "lutando" entre si. Este princípio de concorrência promove os interesses da clientela no sentido da sua satisfação e da obtenção de lucro por parte da organização. No entanto, pode dizer-se que existirá uma tendência para que os melhores alunos com melhores recursos financeiros optem pelas escolas de sucesso o que implicará a reprodução social.

Como se constata, as organizações privadas (e as públicas) podem ser interpretadas à luz de diversos modelos, por vezes até contraditórios, pois os fenómenos organizacionais são complexos, diversificados e plurais. Neste sentido, não devemos ter a pretensão de excluir qualquer um dos modelos existentes adoptando, antes, uma atitude de flexibilidade e recorrer aos contributos dos diversos modelos acabando, assim, por enriquecer o esclarecimento sobre o fenómeno em análise.

3.4. Tipologia da Decisão nas Organizações

No que diz respeito à tipologia das organizações, estas podem assumir diferentes graus de importância, daí umas terem implicações práticas na estrutura da organização, ou seja, têm uma importância elevada para o seu funcionamento, enquanto outras têm implicações limitadas.

De acordo com Simon (1989), existem dois tipos de decisões, as *decisões programadas* e as *não programadas*. No que diz respeito à primeira, são todas aquelas que ocorrem diariamente, ou seja, o tempo de resolução é rápido, pois agimos de forma

intuitiva tendo em conta acontecimentos idênticos ocorridos anteriormente. Relativamente às decisões *não programadas*, o elemento que tem que tomar a decisão tem de estruturar uma estratégia de actuação tendo em conta a resolução do problema. Deste modo, o tempo que demora a solucionar é comparavelmente maior que no primeiro pois têm de estabelecer os objectivos de maior interesse para a solução eficaz da problemática.

As decisões podem ser tomadas individualmente ou em grupo, no entanto, quanto mais individual for a decisão tida, maior é a possibilidade de errar, pois apresenta uma maior probabilidade de existir subjectividade por parte do elemento decisor (Carneiro, 2006).

Segundo Shapira (1997, in Simões, 2001) a decisão organizacional difere da decisão individual, uma vez que as deliberações são tomadas segundo um processo longitudinal, o que implica maior participação e empenho por parte dos decisores. Para além deste enfoque, é de realçar que na decisão grupal os incentivos e as sanções estão intimamente relacionadas com a solução e posteriormente às suas consequências.

Como conclusão, podemos referir que as decisões, nas organizações, têm como principal objectivo repor o bem-estar da organização, mesmo estas sendo influenciadas pelas pressões do meio.

II CAPITULO

Metodologia

O conhecimento pode ser adquirido de muitas formas. Conhecemos certos factos graças ao método científico de aquisição de conhecimentos, outros, no entanto, emanam de uma variedade de fontes que correspondem a graus diversos de precisão. Na maior parte das disciplinas, o conhecimento foi adquirido através de diversas fontes no decurso da história, tais como a intuição – aquisição de uma certeza sem utilização do raciocínio e sem referências (Robert, 1988); as tradições e a autoridade – incluem as crenças baseadas nos costumes e nas tendências passadas; a experiência pessoal, a tentativa e erro – apreensão de conhecimento pelas suas próprias experiências; o raciocínio lógico – combina ao mesmo tempo a experiência, as faculdades intelectuais e os processos de pensamento (Polit e Hungler, 1995) e a investigação – um processo sistemático que permite examinar fenómenos (Kerlinger, 1973). Esta última não é mais do que a combinação da experiência com o raciocínio lógico e sistemático.

De facto, de todos estes métodos de aquisição de conhecimento, a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável uma vez que assenta num processo racional. Um aspecto importante que o distingue dos outros métodos é que ele pode ser corrigido conforme a sua progressão e recolocar em questão tudo o que ele propõe.

Assim, a investigação científica é um processo que permite resolver problemas ligados ao conhecimento dos fenómenos do mundo real no qual nós vivemos. É um método particular de aquisição de conhecimentos, uma forma ordenada e sistemática de encontrar respostas para questões que necessitam duma investigação. Pelas suas funções a investigação permite descrever, explicar e prever factos, acontecimentos ou

fenómenos. A investigação está estritamente ligada à teoria dado que esta contribui para o seu desenvolvimento quer seja para produzir, quer seja para verificar (Fortin, 1999). São várias as definições que encontramos na literatura para o conceito de investigação. Kerlinger (1973) definiu a investigação como um método sistemático, controlado, empírico e crítico que serve para confirmar hipóteses sobre as relações presumidas entre fenómenos naturais. Esta definição supõe o controlo de variáveis na situação de investigação e implica a verificação de hipóteses. Seaman (1987) definiu a investigação científica como um processo sistemático de colheita de dados observáveis e verificáveis, a partir do mundo empírico, com vista a descrever, explicar, prever ou controlar fenómenos. Assim, a descrição consiste em determinar a natureza e as características dos fenómenos e, por vezes, estabelecer certas associações entre eles (Chinn e Kramer, 1991); a explicação consiste em clarificar as relações entre fenómenos e em determinar porque tais acontecimentos se produzem; a predição permite estimar a probabilidade que um tal resultado se produza numa determinada situação; e o controlo consiste em introduzir um elemento exterior de maneira a produzir um resultado previsto. Sejam quais forem as definições que apresentemos e os autores que citemos, todos encerram noções de rigor e de sistematização e todos sublinham que a investigação permite criar novos conhecimentos, quer pelo desenvolvimento da teoria, quer pela verificação da teoria.

Na verdade, a teoria e a prática são entidades intimamente ligadas umas às outras. Teoria é uma generalização abstracta que apresenta uma explicação sistemática das relações entre fenómenos. Da prática emanam teorias, as quais terão necessidade de ser verificadas de forma empírica, tendo de ser validadas de novo na prática (Meleis, 1991). De facto, a investigação estabelece a ponte entre a teoria como campo de conhecimento e a prática profissional como campo de intervenção. Para além disso, a

investigação é um processo que se submete a determinadas regras que representam as especificações processuais que são consideradas para a identificação de variáveis e permitem organizar o estudo em função dessas variáveis, determinando o efeito de umas sobre as outras ou, ainda, para relacionar os dados recolhidos com a hipótese ou os objectivos inicialmente definidos.

Quando se trata de investigação em ciências sociais, especificamente em ciências da educação, como é o caso deste trabalho, verificamos que tem havido algumas evoluções com o passar do tempo. De metodologias quantitativas, começaram a surgir as abordagens qualitativas, porém, também conhecedoras da necessidade de uma atitude verdadeiramente científica, respeitando o procedimento científico de forma coerente e consistente. O tipo de metodologia pela qual o investigador opta deve reger-se por algumas questões precisas como a natureza do objecto de estudo e dos objectivos específicos da investigação. De acordo com Bell (1993) estas duas abordagens – qualitativas e quantitativa – não são necessariamente antagónicas ou reciprocamente excludentes, podendo ser utilizadas como complementares. A autora acrescenta que o método do inquérito pode ser usado como técnica qualitativa se recolher os dados pela entrevista ou como técnica quantitativa se essa recolha for feita com recurso ao questionário para obter um maior número de informação junto de um elevado número de participantes, com o objectivo de quantificar os resultados. Neste trabalho, consideramos que o uso do questionário seria o método mais adequado de recolha de dados e aquele que permitiria alcançar os objectivos delineados.

Para iniciarmos este estudo partimos com o pressuposto de responder a uma questão “Que razões levam os Encarregados de Educação a optar pelo Ensino Privado para os seus educandos?”. Desta questão central acabamos por traçar os objectivos que iriam nortear o nosso estudo.

Vejamos de seguida os objectivos assinalados.

1.Objectivos

Os objectivos de um estudo indicam o motivo da realização da investigação. Dizem respeito a um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível de conhecimentos estabelecidos no domínio em questão. Especificam as variáveis-chave, a população alvo e o contexto do estudo.

Os objectivos podem ser classificados segundo níveis de profundidade. Num primeiro nível, os objectivos visam explorar e descrever um fenómeno sobre o qual ainda há poucos conhecimentos; num segundo nível, os objectivos pretendem descobrir relações e descrevê-las, pois, já existem alguns conhecimentos da área; num terceiro nível, visam examinar a força e a direcção das relações, uma vez que existem já conhecimentos avançados no domínio em questão, portanto, irá determinar o grau de influencia de uma variável sobre a outra e como esta influência contribui para explicar a variação desta variável e; num quarto nível, os conhecimentos estabelecidos no domínio permitem prever os resultados de um estudo. Formulam-se hipóteses, as quais presumem que existem relações entre variáveis.

O objectivo de um estudo é também afectado pela natureza da investigação, que visa, seja o desenvolvimento, seja a verificação da teoria (Fortin, 1999).

Assim, de acordo com o quadro teórico do nosso estudo, estabelecemos como objectivos os seguintes enunciados:

- i) Estudar a importância do Ensino Privado em Portugal;

- ii) Conhecer as razões que levam os Encarregados de Educação e optar pelo Ensino Privado;
- iii) Descrever os modelos de tomada de decisão dos Encarregados de Educação;
- iv) Apresentar hipóteses que sirvam de base a outras investigações na área do Ensino Privado em Portugal.

Com base na exploração efectuada sobre o tema e orientada pela questão inicial, ou seja, conhecer as razões que os Encarregados de Educação alegam para matricular os seus educandos no Ensino Particular, vamos desdobrar os objectivos deste estudo.

No primeiro objectivo procuramos saber o que já foi estudado no âmbito do Ensino Particular em Portugal. Assim, fizemos uma pesquisa sobre os estudos já existentes e publicados que está descrito no primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo objectivo, aquele é central neste estudo, tentaremos identificar as razões/motivos que levam os Encarregados de Educação a optar pelo Ensino Privado para os seus educandos.

No terceiro objectivo, e com base na exploração teórica, iremos descrever os modelos de decisão que influenciam e auxiliam os Encarregados de Educação quando é chegada a altura de escolher que tipo de ensino oferecer aos seus educandos.

No quarto objectivo, tentaremos através deste trabalho empírico fornecer algumas pistas que acresçam ao conhecimento sobre o tema e potenciem o aparecimento de razões que justifiquem a continuidade da investigação no âmbito desta temática.

Tendo em consideração os objectivos e os pressupostos teóricos enunciados, serão analisadas as seguintes variáveis:

- Variáveis sócio-demográficas: idade, sexo, habilitações literárias, profissão, número de filhos, escola frequentada pelos filhos, distancia da casa à escola e local de residência;

- Variáveis de componentes: enunciados referidos no ponto 9 do questionário, avaliados numa escala de tipo Likert.

Depois de terminada a revisão da literatura existente sobre esta temática, sabemos que a opção pelo Ensino Privado envolve um vasto leque de factores que o potenciam. Afinal, alguns investigadores acreditam que o Ensino Privado se tornará uma opção de futuro para pais e crianças, considerando mesmo que o ensino de qualidade passará pela privatização. Assim, tornou-se fundamental que este estudo identifique os principais motivos que traduzam a procura do Ensino Privado. Estarão os pais mais seguros com os filhos numa escola privada? Será que a comunicação entre escola e pais é mais assegurada no Ensino Privado? Ou, será porque é a escola mais próxima de casa que faz com que os Encarregados de Educação optem por ela? Estas são algumas das questões às quais se tentará dar uma resposta com a elaboração deste estudo, que no seu trabalho empírico recorrerá ao uso do questionário.

2. Método

2.1 Amostra / Participantes

Por uma questão de delimitação do estudo, torna-se necessário determinar o tamanho da amostra e o facto é que a definição de uma boa amostra deve obedecer a determinados critérios, como manter as características do universo e a sua distribuição e ser representativa do mesmo. Afinal, a amostra só é válida se for representativa e se possibilitar a extrapolação das conclusões tiradas sob a informação por ela própria prestada (Pardal e Correia, 1995). Porém, temos que ter em consideração que a amostra seja de que tamanho for, exige sempre algum cuidado na generalização das conclusões.

Na estruturação do estudo, o investigador caracteriza a população estabelecendo critérios de selecção, definindo a amostra e determinando o seu tamanho. A população compreende todos os elementos que partilham características comuns que foram definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo.

Assim, a amostra deste estudo foram Encarregados de Educação de alunos que frequentam o Colégio ACR de Fornelos – Ensino Privado. Trata-se de um colégio que lecciona o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo, sendo que o 1.º Ciclo funciona numa estrutura independente e o 2.º e 3.º Ciclo noutra edificação, também autónoma. Existem neste colégio 1 turma de 1.º ano, 2 turmas de 2.º ano, 2 turmas de 3.º ano, 2 turmas de 4.º ano, 1 turma de 5.º ano, 1 turma de 6.º ano, 1 turma de 7.º ano e 1 turmas de 8.º ano. Ainda não existem turmas de 9.º ano, sendo que a primeira turma abrirá no ano lectivo 2011/2012. No total a escola é frequentada por 213 alunos. Dos 213 questionários distribuídos foram devolvidos 179, utilizados para este estudo e que possibilitam usufruir de uma amostra significativa.

Quadro 1 – População do Colégio ACR de Fornelos

Ciclo de Escolaridade	Ano	Turma	N.º de Alunos	Total de Alunos
1.º Ciclo	1.º ano	C	26	136
	2.º ano	A	16	
		H	16	
	3.º ano	B	18	
		G	17	
	4.º ano	E	25	
F		18		
2.º Ciclo	5.º ano	1	29	48
	6.º ano	1	19	
3.º Ciclo	7.º ano	1	20	29
	8.º ano	1	9	
	9.º ano	---	---	

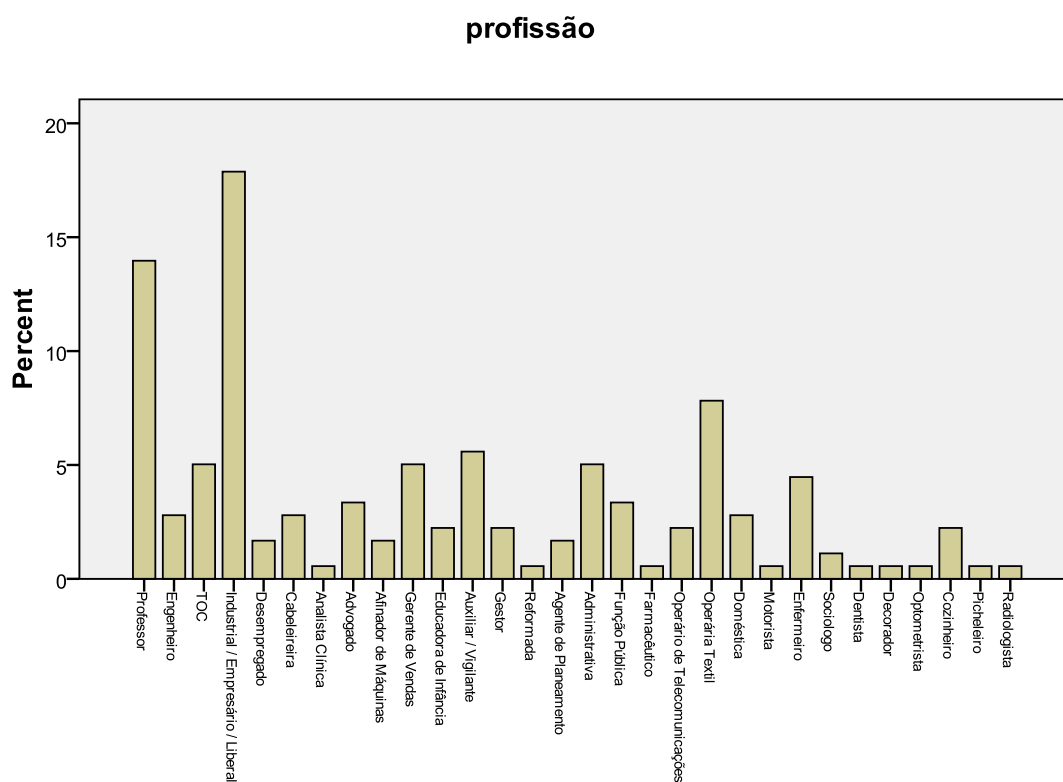
Os participantes representam um universo de 179 indivíduos (126 do sexo feminino e 53 do sexo masculino) com média de idades de 39,5 anos (D-P = 0,56, variando entre 29 e 61) e 12,9 anos de escolaridade (D-P = 1,59, variando entre 4 e 17). Em relação ao número de filhos, 65 Encarregados de Educação possuem um filho, 99 Encarregados de Educação dois filhos e 15 Encarregados de Educação três ou mais filhos. Dos Encarregados de Educação com mais do que um filho, 128 frequentam

também o Ensino Privado na ACR de Fornelos. A maioria dos inquiridos (46,4%) percorre uma distância entre 3Km a 5Km para chegar à escola, sendo que 45,8% vivem na cidade.

A ocupação profissional predominante dos Encarregados de Educação que responderam ao questionário corresponde a Industrial/ Empresário/ Liberal seguido da profissão de Professor e de Operário Têxtil, uma vez que a escola se encontra numa zona onde predominam as indústrias têxteis.

Vejam os de seguida o gráfico que representa as profissões dos participantes.

Gráfico 1 – Profissão dos Encarregados de Educação



Após a definição da amostra e a caracterização dos participantes do nosso estudo, torna-se essencial descrever o instrumento utilizado. Faremos, de seguida uma descrição do mesmo.

2.2 Instrumento: Questionário aos Encarregados de Educação

O instrumento de medida que consideramos ser o mais adequado ao nosso estudo foi o questionário. Ele traduz os objectivos do estudo com variáveis mensuráveis, ajudando a organizar, a normalizar e a controlar os dados de modo a que as informações sejam colhidas de forma rigorosa.

O questionário é um dos métodos de colheita de dados que necessita das respostas escritas por parte dos sujeitos, que o preenchem sem assistência do investigador. Diversos autores e com os quais concordamos, referem que o questionário constitui um instrumento valioso de recolha de dados, uma vez que possibilita analisar as variáveis previamente definidas numa determinada população também seleccionada precedentemente. Para além disso, o questionário permite abranger um maior número de participantes, o que se torna imprescindível para a dimensão da nossa amostra. Todavia, as vantagens do questionário não ficam por aqui, é um instrumento pouco dispendioso, com uma apresentação uniformizada que poderá assegurar a fidelidade e facilitar as comparações entre os resultados e em que o anonimato poderá ajudar os participantes a sentirem-se mais seguros e a exprimir mais livremente a opinião.

Neste sentido, o instrumento utilizado foi um questionário aos Encarregados de Educação, adaptado do Questionário aos Encarregados de Educação utilizado num estudo efectuado na Universidade do Minho por Carneiro (2006), para a obtenção do

grau de Mestre. Este questionário foi desenvolvido para investigar os motivos/ razões que levaram os pais a optarem pela escola privada.

O questionário possui 10 questões, sendo 8 questões para caracterização sócio-demográfica, uma questão com 18 itens avaliados numa escala tipo Likert (Nada importante, Pouco importante, Nem muito/ nem pouco importante, Bastante importante e Muito importante) para conhecer as razões que levaram os Encarregados de Educação a matricular o seu educando numa escola de Ensino Privado e uma questão aberta que possibilita aos participantes exporem outras razões que considerem pertinentes e não foram enumeradas.

Recorremos ao questionário estruturado para limitar os participantes às questões formuladas, sem que tivessem a possibilidade de alterar o seu pensamento. As questões concebidas tinham como finalidade recolher informação factual sobre a área que estamos a estudar (razões da opção pelo Ensino Privado por parte dos Encarregados de Educação).

Anexo I – Questionário aos Encarregados de Educação.

2.3 Procedimento

2.3.1 Recolha de dados

Para efectuar a recolha de dados foram distribuídos aos Encarregados de Educação os questionários, remetidos em envelope fechado, explicando o estudo a ser efectuado: Foi pedido aos Encarregados de Educação que respondessem ao questionário cujo objectivo é recolher as opiniões sobre as razões da procura do estabelecimento de ensino privado para os seus educandos.

Como qualquer investigação efectuada junto de seres humanos levanta questões morais e éticas, no mesmo envelope, os Encarregados de Educação confirmaram por assinatura o seu consentimento informado da natureza do estudo em que estavam a participar. De facto, a ética coloca problemas particulares aos investigadores decorrentes das exigências morais que, em certas situações, podem entrar em conflito com o rigor da investigação. Nunca para a aquisição de conhecimento se podem ultrapassar os limites que se referem ao respeito pela pessoa e à protecção do seu direito de viver livre e dignamente enquanto ser humano. No nosso estudo, consideramos que em nenhum âmbito se viola este direito ou que ele seja susceptível de causar qualquer prejuízo para os participantes deste estudo, para os seus educandos ou para a comunidade escolar na sua globalidade.

2.3.2. Análise de resultados

A concretização dos objectivos do estudo implicaram a realização de vários procedimentos de análise de dados. Procedeu-se à compilação dos ficheiros de dados deste estudo, utilizando o programa informático *SPSS* versão 17.0 para o *Windows*.

O trabalho sustentou-se nos seguintes procedimentos estatísticos: i) análise de frequências; ii) análise de regressão e iii) correlações entre as razões de escolha do Ensino Privado.

III CAPÍTULO

Análise e Discussão dos Resultados

1. Análise Global

Apresentaremos de seguida os resultados obtidos no nosso estudo em duas análises distintas. Por um lado, damos a conhecer os dados obtidos em relação às razões que levaram os Encarregados de Educação a optar pelo Ensino Privado para os seus educandos e serão analisados cada um desses motivos individualmente; por outro, tentaremos perceber se as características sócio-demográficas influenciam as razões de escolha da escola.

Os resultados apresentados resultarão do tratamento quantitativo dos questionários aplicados aos 197 Encarregados de Educação.

1.1. Razões da escolha da escola

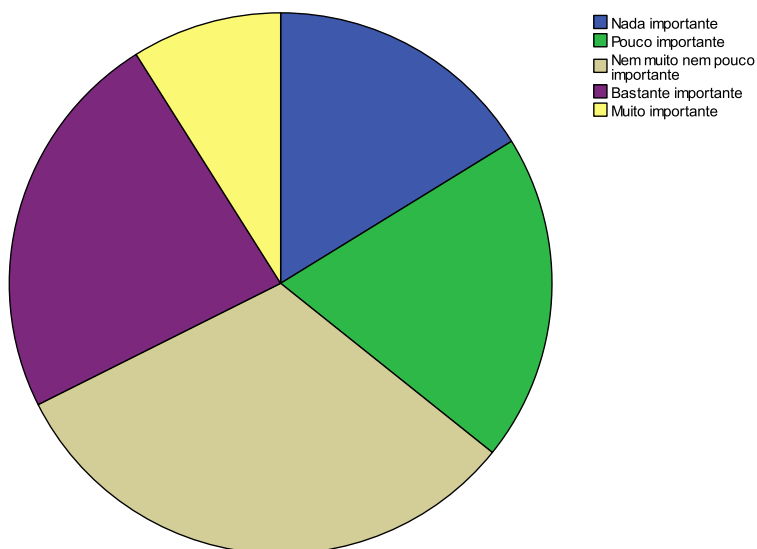
Aos Encarregados de Educação inquiridos foi entregue um questionário onde deveriam registar as razões que os levaram a matricular os seus educandos numa escola de Ensino Privado, indicando o grau de importância de cada escolha. Começaremos, então, a análise individual de cada uma dessas razões, apresentando de seguida os resultados obtidos.

1.1.1. É a escola mais próxima de casa

Quadro 2 – Importância da proximidade da casa à escola

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Nada importante	29	16,2	16,2	16,2
Pouco importante	35	19,6	19,6	35,8
Nem muito nem pouco importante	57	31,8	31,8	67,6
Bastante importante	42	23,5	23,5	91,1
Muito importante	16	8,9	8,9	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 2 – Representação gráfica da importância da proximidade da casa à escola



Depois de analisada a primeira razão que se refere à proximidade entre a escola e a casa dos alunos, percebemos que este não é um motivo que assuma grande relevância para os pais, pois, 31,8% pontuaram esta questão como não sendo nem muito nem pouco importante e 35,8% a consideraram nada ou pouco importante. Apenas 8,9% atribuíram a máxima importância a esta razão e 23,5% a encararam como sendo bastante importante.

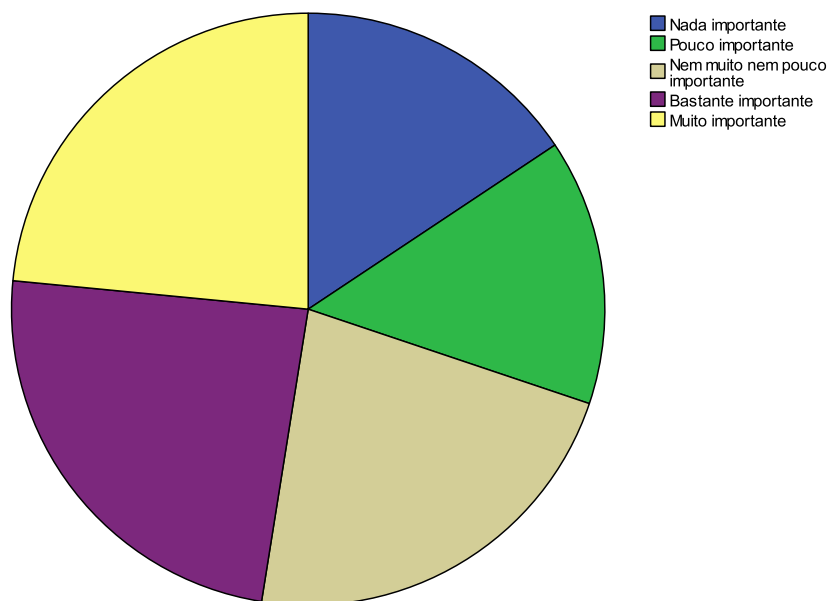
Estes resultados demonstram que esta razão é a menos importante de todas para os encarregados de educação.

1.1.2. Dispõe de transportes próprios

Quadro 3 – Importância de dispor de transportes próprios

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	28	15,6	15,6	15,6
Pouco importante	26	14,5	14,5	30,2
Nem muito nem pouco importante	40	22,3	22,3	52,5
Bastante importante	43	24,0	24,0	76,5
Muito importante	42	23,5	23,5	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 3 – Representação gráfica da importância de dispor de transportes próprios



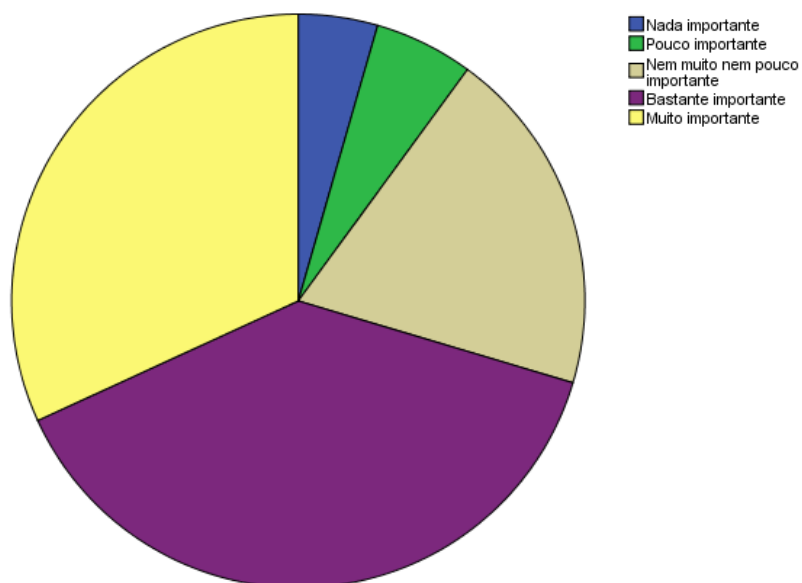
Podemos observar no quadro acima ilustrado que 47,5% dos Encarregados de Educação consideram que o facto da escola possuir transportes próprios é bastante ou muito importante para a sua escolha. Este valor contrapõe-se com os 30,1% de inquiridos que classificam este razão como nada ou pouco importante.

1.1.3. Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais

Quadro 4 – Importância de ter um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	8	4,5	4,5	4,5
Pouco importante	10	5,6	5,6	10,1
Nem muito nem pouco importante	35	19,6	19,6	29,6
Bastante importante	69	38,5	38,5	68,2
Muito importante	57	31,8	31,8	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 4 – Representação gráfica da importância de ter um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais



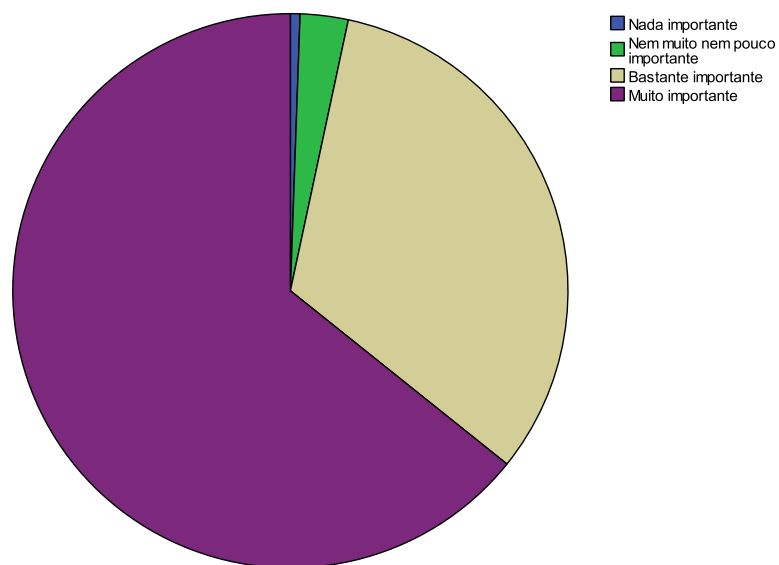
Em relação à terceira razão, esta parece ser de grande importância para os Encarregados de Educação uma vez que 70,3% a consideraram bastante ou muito importante e 10,1% a apreciaram como nada ou pouco importante.

1.1.4. Acompanha com igual atenção todos os alunos

Quadro 5 – Importância de acompanhar com igual atenção todos os alunos

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Válida	Porcentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Nem muito nem pouco importante	5	2,8	2,8	3,4
Bastante importante	58	32,4	32,4	35,8
Muito importante	115	64,2	64,2	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 5 – Representação gráfica de acompanhar com igual atenção todos os alunos



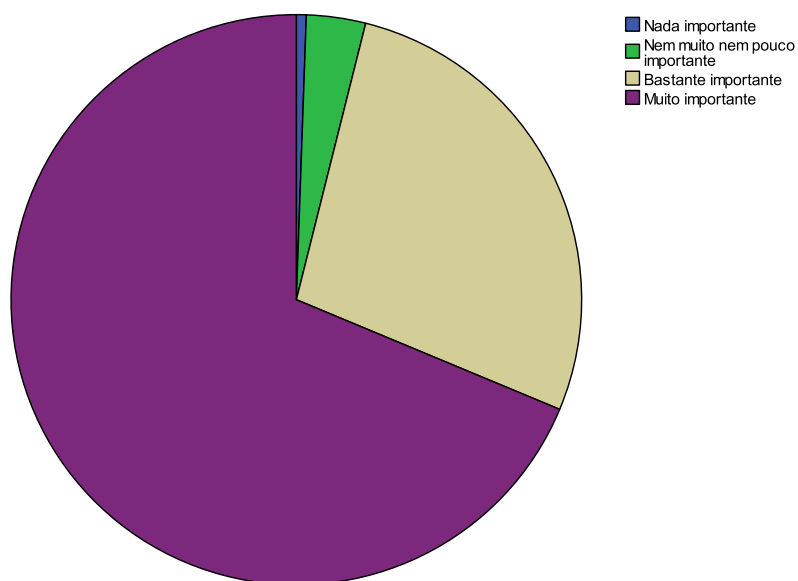
Quando são levados a reflectir sobre o acompanhamento que é dado aos seus educandos, o resultado obtido, em termos globais, é o segundo mais elevado. 96,6% dos encarregados de educação atribuíram a esta questão a razão de selecção da escola. Somente 3,4% a consideraram nada ou pouco importante.

1.1.5. É uma escola bem organizada no seu funcionamento

Quadro 6 – Importância de ser uma escola bem organizada no seu funcionamento

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Nem muito nem pouco importante	6	3,4	3,4	3,9
Bastante importante	49	27,4	27,4	31,3
Muito importante	123	68,7	68,7	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 6 – Representação gráfica da importância de ser uma escola bem organizada no seu funcionamento



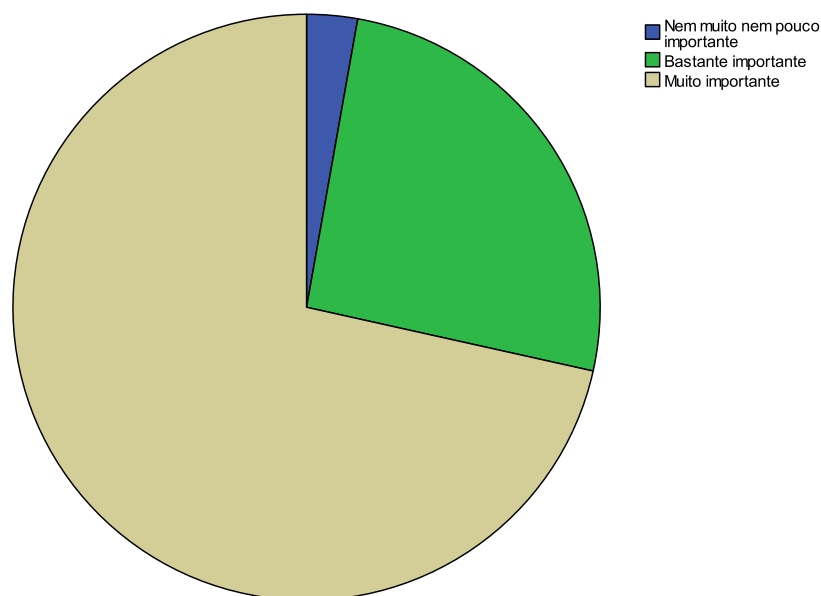
Também facto de ser uma escola bem organizada no seu funcionamento é uma das razões que levou os encarregados de educação inquiridos a optar por ela para matricular os seus educandos. Assim 68,7% dos encarregados de educação acharam este motivo muito importante seguido de 27,4% que o consideraram bastante importante. A este valor contrapõe-se a baixa percentagem (4%) atribuída por outros encarregados de educação que percebem este motivo como nada ou pouco importante.

1.1.6. Tem regras acertadas de disciplina e vigilância

Quadro 7 – Importância de ter regras acertadas de disciplina e vigilância

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nem muito nem pouco importante	5	2,8	2,8	2,8
Bastante importante	46	25,7	25,7	28,5
Muito importante	128	71,5	71,5	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 7 – Representação gráfica da importância de ter regras acertadas de disciplina e vigilância



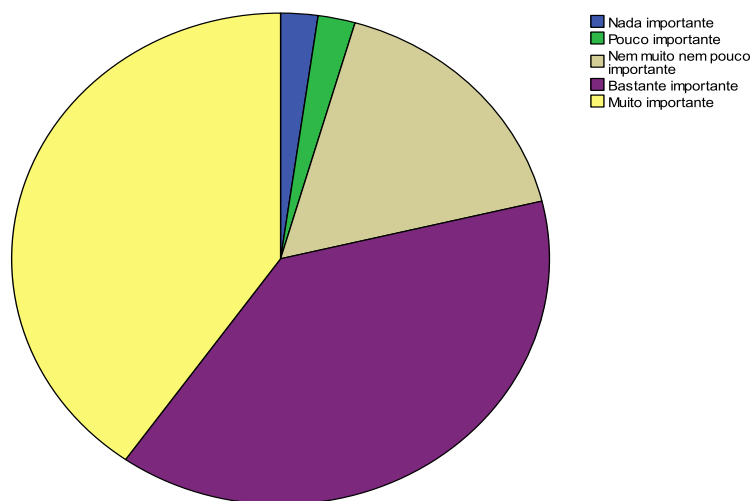
Este gráfico mostra-nos a elevada importância atribuída pelos encarregados de educação à questão apontada “Tem regras acertadas de disciplina e vigilância”, uma vez que nenhum dos inquiridos ponderou este aspecto como nada ou pouco importante. 97,2% dos encarregados de educação que responderam ao questionário a pesaram como uma razão primordial. Assim, em termos globais, esta é a razão principal apontada pelos encarregados de educação para optarem pelo ensino privado.

1.1.7. É uma escola bem cotada no meio

Quadro 8 – Importância da escola ser bem cotada no meio local

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	4	2,2	2,2	2,2
Pouco importante	4	2,2	2,2	4,5
Nem muito nem pouco importante	30	16,8	16,8	21,2
Bastante importante	69	38,5	38,5	59,8
Muito importante	72	40,2	40,2	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 8 – Representação gráfica da importância da escola ser bem cotada no meio local



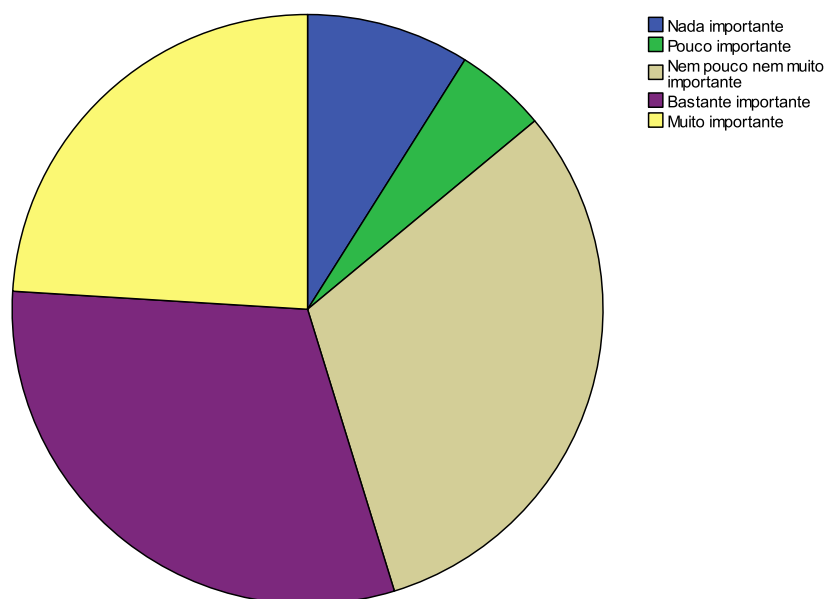
Apesar de a grande maioria dos encarregados de educação ponderarem esta razão como sendo de grande importância (78,7%), uma percentagem considerável também a classificou como nem muito nem pouco importante (16,8%) e 4,4% como nada ou pouco importante.

1.1.8. Os alunos gostam de frequentar esta escola

Quadro 9 – Importância dos alunos gostarem de frequentar esta escola

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	16	8,9	8,9	8,9
Pouco importante	9	5,0	5,0	14,0
Nem pouco nem muito importante	56	31,3	31,3	45,3
Bastante importante	55	30,7	30,7	76,0
Muito importante	43	24,0	24,0	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 9 – Representação gráfica da importância dos alunos gostarem de frequentar esta escola



De facto, quando levados a reflectir sobre esta razão, 31,3% dos encarregados de educação parecem não lhe atribuir grande importância, atribuindo-lhe a classificação de nem muito nem pouco importante, inflacionada com 13,9% que a consideram nada ou pouco importante.

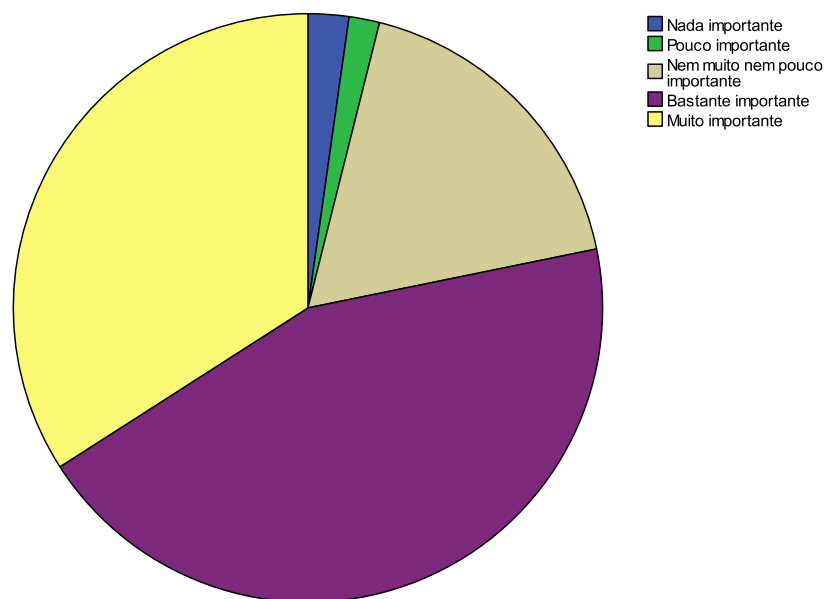
De todos os inquiridos, apenas 54,7% (um valor mais reduzido quando comparado com outras razões) lhe atribuíram uma importância mais significativa.

1.1.9. Os pais têm uma grande confiança na actividade educativa da escola

Quadro 10 – Importância dos pais terem uma grande confiança na atividade educativa da escola

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	4	2,2	2,2	2,2
Pouco importante	3	1,7	1,7	3,9
Nem muito nem pouco importante	32	17,9	17,9	21,8
Bastante importante	79	44,1	44,1	65,9
Muito importante	61	34,1	34,1	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 10 – Representação gráfica da importância dos pais terem uma grande confiança na atividade educativa da escola



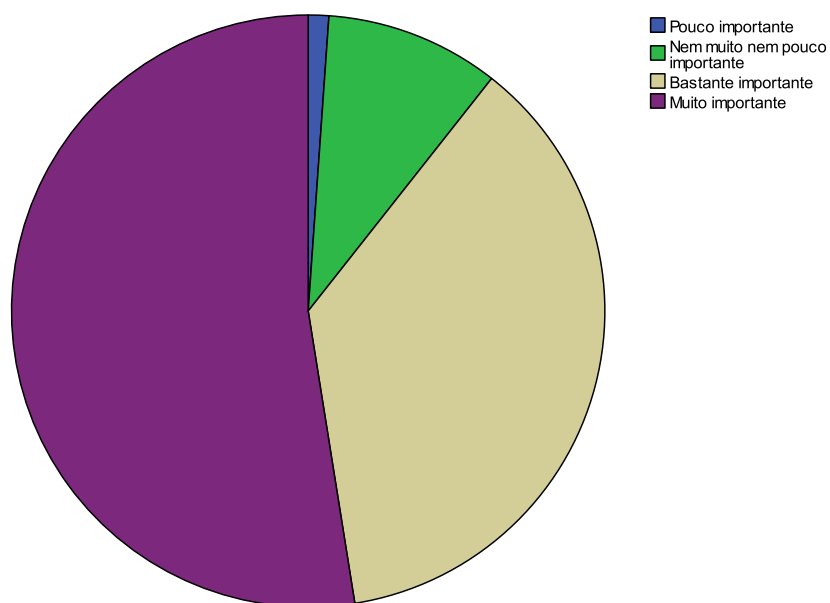
Relativamente à confiança que os pais têm na atividade educativa da escola, 140 dos 179 pais que responderam ao questionário consideraram esta razão como sendo de grande importância para ponderar matricular os seus filhos numa escola privada. Em contrapartida, 39 dos respondentes não lhe atribuem qualquer significado no momento da escolha.

1.1.10. Há uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos

Quadro 11 – Importância de haver uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Pouco importante	2	1,1	1,1	1,1
Nem muito nem pouco importante	17	9,5	9,5	10,6
Bastante importante	66	36,9	36,9	47,5
Muito importante	94	52,5	52,5	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 11 – Representação gráfica da importância de haver uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos



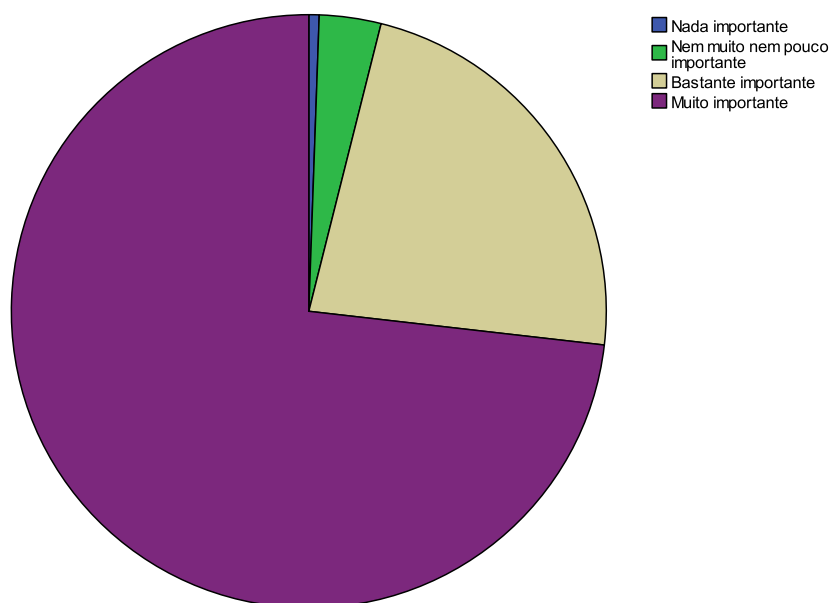
89,4% dos encarregados de educação consideram que o facto de haver sintonia de pensamento entre eles e a escola na forma como esta educa os seus alunos é muito ou bastante importante para eles na tomada de decisão. De facto, nenhum encarregado de educação ponderou esta razão como nada importante e apenas 1,1% a considerou pouco importante.

1.1.11. Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola

Quadro 12 – Importância de existir uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Nem muito nem pouco importante	6	3,4	3,4	3,9
Bastante importante	41	22,9	22,9	26,8
Muito importante	131	73,2	73,2	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 12 – Representação gráfica da importância de existir uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola



O facto da escola informar os encarregados de educação, de modo adequado e atempado sobre tudo o que nela se passa é uma forte razão para estes tomarem a sua decisão, sendo esta a percepção de 96,1% dos inquiridos. Apenas 6 dos 179 respondentes não lhe atribuem qualquer relevância.

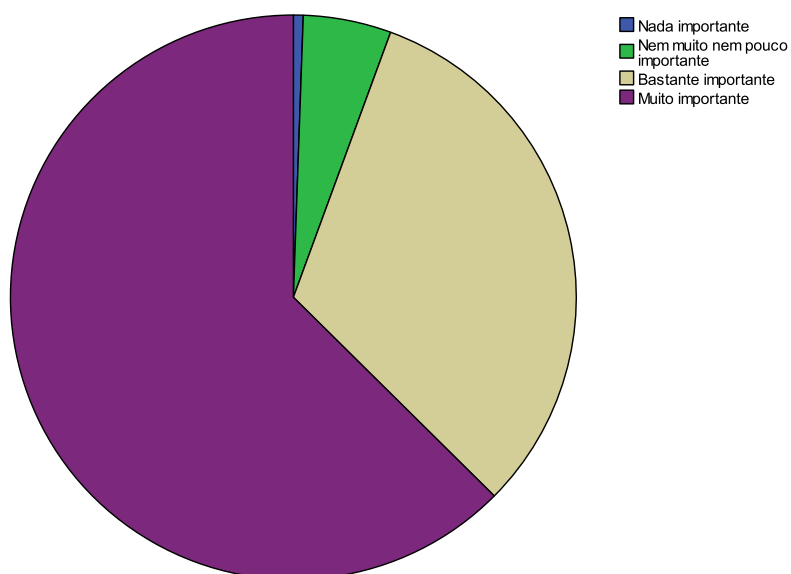
Estes resultados apontam esta razão como a segunda mais importante para os encarregados de educação.

1.1.12. Existe um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação

Quadro 13 – Importância de existir um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Nem muito nem pouco importante	9	5,0	5,0	5,6
Bastante importante	57	31,8	31,8	37,4
Muito importante	112	62,6	62,6	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 13 – Representação gráfica da importância de existir um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação



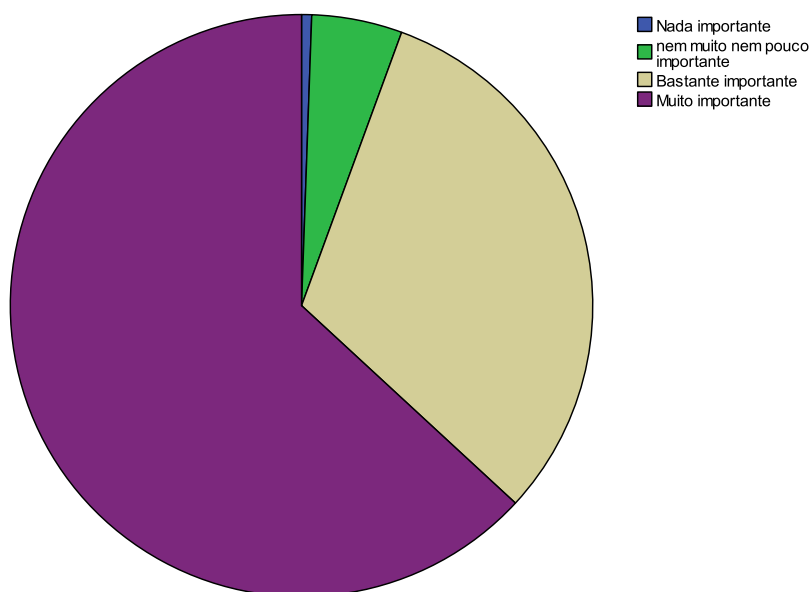
Em relação à escola em questão “Colégio ACR de Fornelos”, 94,4% dos inquiridos consideram bastante ou muito importante que haja um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação. Os restantes resultados não se apresentam significativos.

1.1.13. Os Encarregados de Educação são solicitados a colaborar com a escola

Quadro 14 – Importância dos encarregados de educação serem solicitados a colaborar com a escola

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
nem muito nem pouco importante	9	5,0	5,0	5,6
Bastante importante	56	31,3	31,3	36,9
Muito importante	113	63,1	63,1	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 14 – Representação gráfica da importância dos encarregados de educação serem solicitados a colaborar com a escola



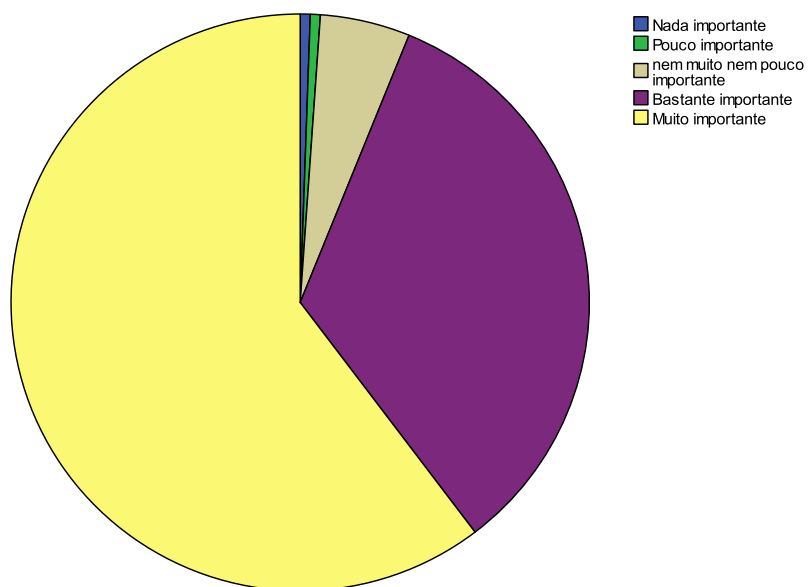
Exactamente como na razão apontada anteriormente, 94,4% dos encarregados de educação entendem que o facto da escola os solicitar a colaborar é bastante ou muito importante. Considerando os restantes 5,6% que esta não é uma razão relevante.

1.1.14. A escola dispõe de uma direcção competente e empenhada

Quadro 15 – Importância da escola dispor de uma direcção competente e empenhada

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Pouco importante	1	,6	,6	1,1
nem muito nem pouco importante	9	5,0	5,0	6,1
Bastante importante	60	33,5	33,5	39,7
Muito importante	108	60,3	60,3	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 15 – Representação gráfica da importância da escola dispor de uma direcção competente e empenhada



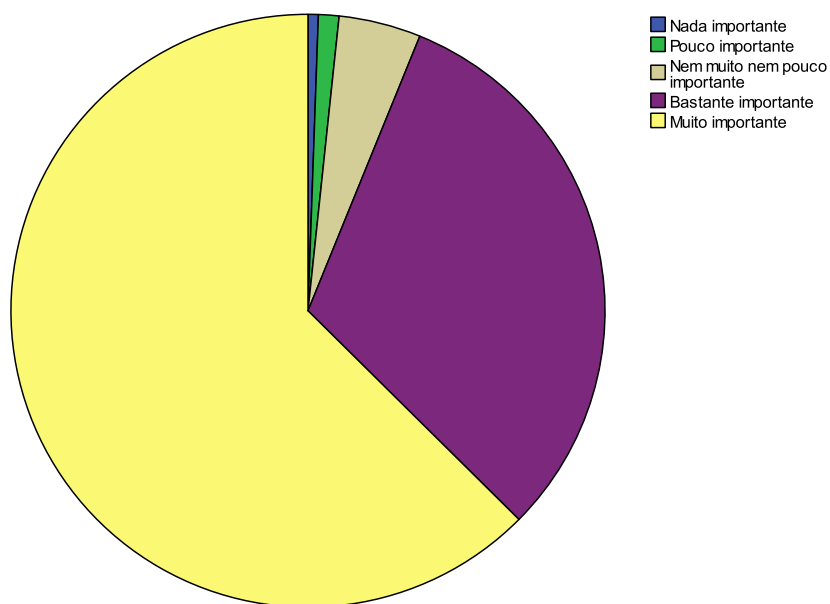
Esta razão é, também, apontada como muito importante para 60,3% dos encarregados de educação e bastante importante para 33,5%. Na verdade, existe um baixo número de respostas inferiores a estas, correspondendo 5% a nem muito nem pouco importante e 1,2% a nada ou pouco importante.

1.1.15. O director pedagógico está a par de tudo o que se passa na escola

Quadro 16 – Importância do diretor estar a par de tudo o que se passa na escola

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Pouco importante	2	1,1	1,1	1,7
Nem muito nem pouco importante	8	4,5	4,5	6,1
Bastante importante	56	31,3	31,3	37,4
Muito importante	112	62,6	62,6	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 16 – Representação gráfica da importância do diretor estar a par de tudo o que se passa na escola



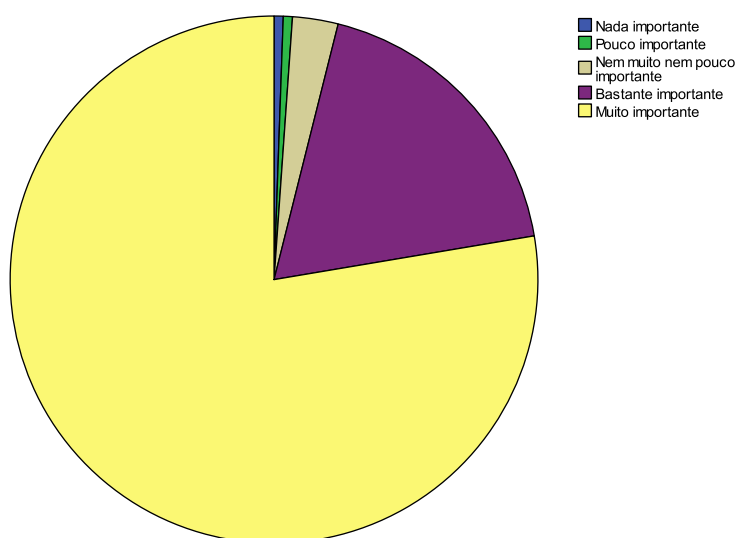
Como podemos verificar pela leitura do gráfico, esta razão é, mais uma vez apontada como muito ou bastante importante para os encarregados de educação (93,9%). Um número bastante baixo de respondentes a considera como nada ou pouco importante (3 encarregados de educação) e nem muito nem pouco importante (8 encarregados de educação).

1.1.16. Os professores são competentes e dedicados

Quadro 17 – Importância dos professores serem competentes e dedicados

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Pouco importante	1	,6	,6	1,1
Nem muito nem pouco importante	5	2,8	2,8	3,9
Bastante importante	33	18,4	18,4	22,3
Muito importante	139	77,7	77,7	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 17 – Representação gráfica da importância dos professores serem competentes e dedicados



Analisada esta razão, podemos verificar pela leitura do quadro apresentado que 77,7% dos encarregados de educação consideram que é muito importante que os professores sejam competentes e dedicados, imediatamente seguidos dos 18,4% que acham esta razão bastante importante. Tais valores classificam esta razão como a mais importante de todas apontada pelos encarregados de educação, embora, em termos gerais seja a segunda mais citada.

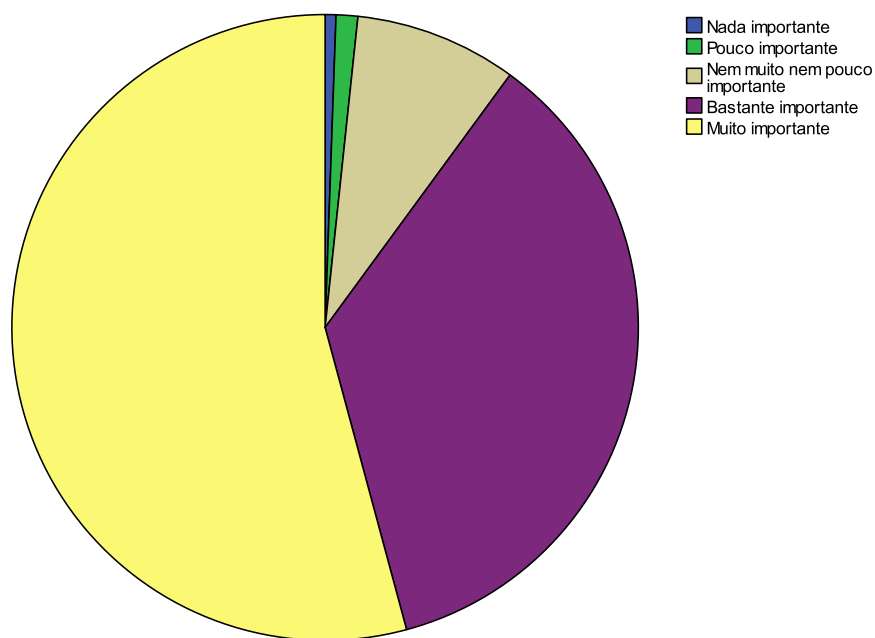
Os resultados abaixo destes valores não são significativos para os encarregados de educação, sendo que 2,8% considera nem muito nem pouco importante, 0,6% pouco importante e 0,6% nada importante.

1.1.17. A escola desenvolve actividades de enriquecimento curricular interessantes

Quadro 18 – Importância da escola desenvolver actividades de enriquecimento curricular interessantes

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	1	,6	,6	,6
Pouco importante	2	1,1	1,1	1,7
Nem muito nem pouco importante	15	8,4	8,4	10,1
Bastante importante	64	35,8	35,8	45,8
Muito importante	97	54,2	54,2	100,0
Total	179	100,0	100,0	

Gráfico 18 – Representação gráfica da importância da escola desenvolver atividades de enriquecimento curricular interessantes



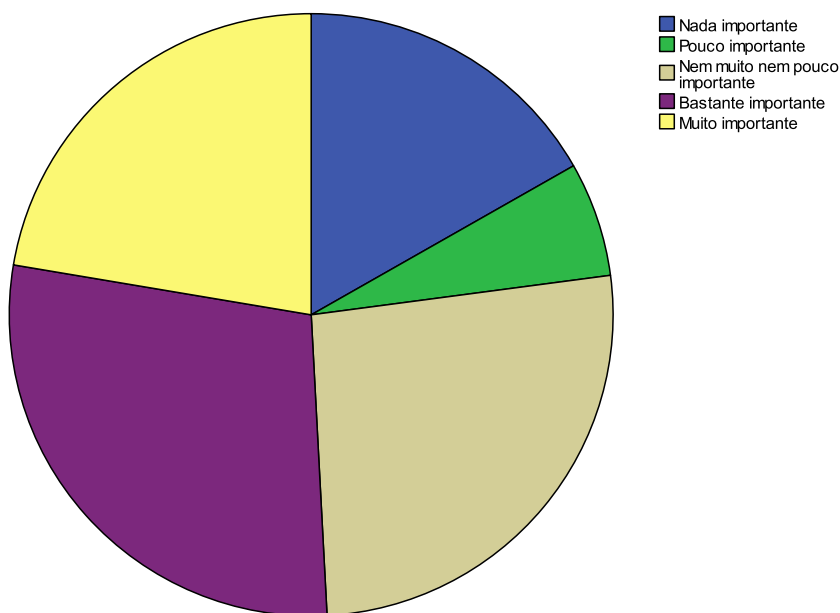
Nesta razão, os valores descem não apresentando índices tão elevados quanto as razões anteriores. 54,2% e 35,8% dos encarregados de educação consideraram esta razão como muito e bastante importante, respectivamente. 10,1% apresentam valores de resposta inferiores.

1.1.18. Considero que, em geral o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público

Quadro 19 – Importância de considerar que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público

	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Nada importante	30	16,8	16,8	16,8
Pouco importante	11	6,1	6,1	22,9
Nem muito nem pouco importante	47	26,3	26,3	49,2
Bastante importante	51	28,5	28,5	77,7
Muito importante	40	22,3	22,3	100,0
Total	179	100,0	100,0	

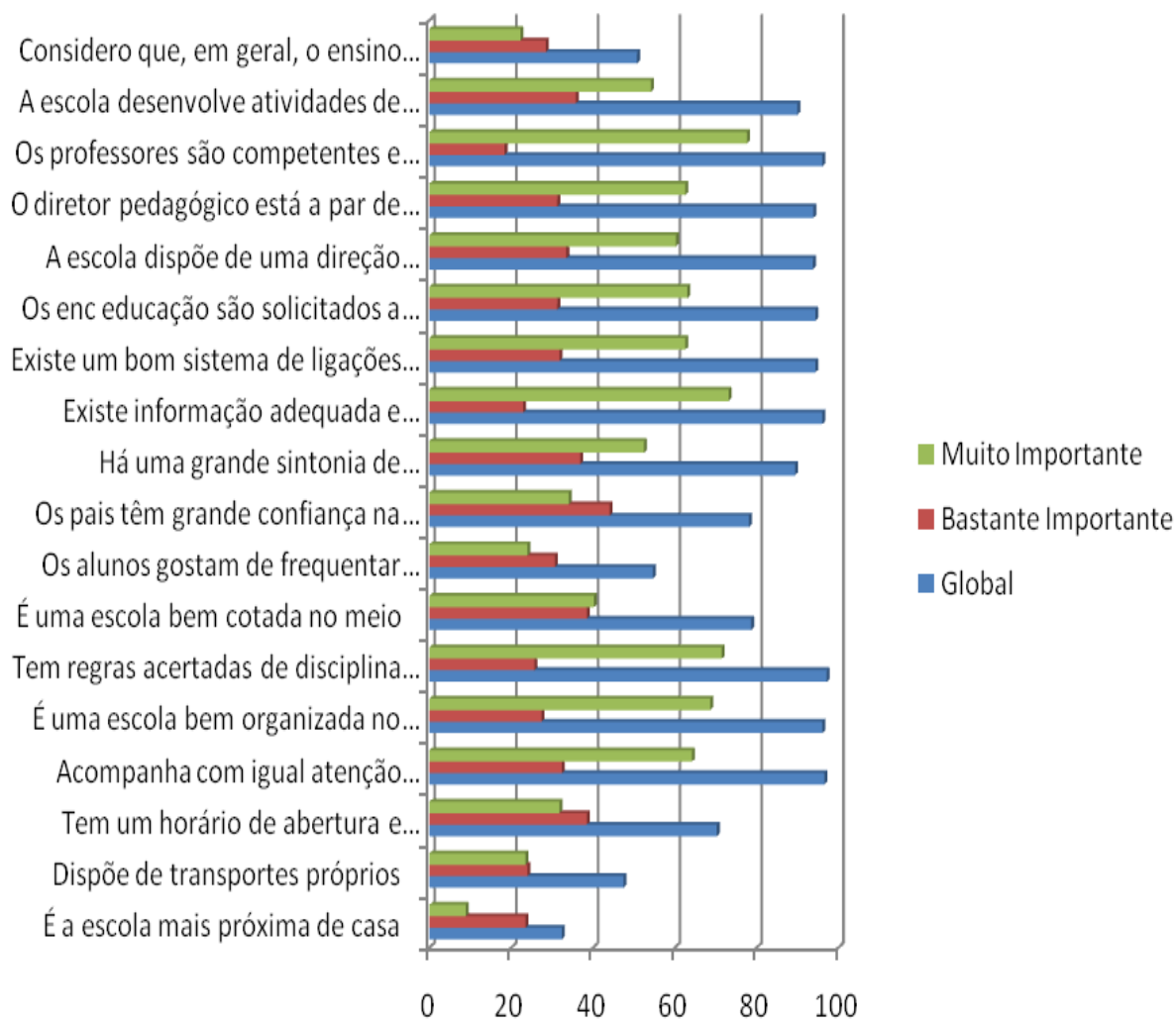
Gráfico 19 – Representação gráfica da importância de considerar que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público



Esta razão, como se pode comprovar pelos resultados apresentados no gráfico ilustrado, foi aquela em que houve maior grau de discórdia entre os encarregados de educação quanto à importância atribuída. Sublinha-se aqui o resultado de 26,3% dos inquiridos que a consideram como nem muito nem pouco importante. 22,9% consideram nada ou pouco importante. Os valores mais baixos ao nível do muito e bastante importante reflectem-se nesta razão com 50,8%.

Vejamos no quadro seguinte o resumo das razões apontadas pelos Encarregados de Educação como sendo as mais importantes:

Gráfico 20 – Razoes mais importantes para os encarregados de educação



Como podemos observar, as razões mais importantes para os encarregados de educação seleccionarem o ensino privado para os seus educandos, referem-se no seu global às regras de disciplina e vigilância, seguida do acompanhamento com igual atenção a todos os alunos, que está ligeiramente acima da razão n.º 5 – É uma escola bem organizada no seu funcionamento, da razão n.º 11 – Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola e da razão n.º 16 – Os professores são competentes e dedicados.

Na análise inversa, para estes encarregados de educação, e ainda de um modo global, o facto da escola ser a mais próxima de casa ou o ensino privado oferecer melhor formação que o ensino público, são as razões com os níveis de pontuação mais baixos.

Contudo, se a análise for feita com base nas pontuações obtidas na categoria de Muito Importante, podemos verificar no mesmo gráfico que o cenário se altera, sendo a razão principal para a opção pelo ensino privado, por estes encarregados de educação, os professores serem competentes e dedicados, logo seguido do facto de existir uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola. Nesta categoria, as pontuações mais baixas mantêm-se nas mesmas razões supra-descritas, a escola ser a mais próxima de casa e o ensino privado oferecer melhor formação que o ensino público.

Através da leitura do gráfico podemos, ainda, verificar as pontuações obtidas na categoria Bastante Importante cuja classificação mais elevada se reporta à razão n.º 9 – Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola.

Para além das razões apresentadas, às quais os encarregados de educação atribuíam uma ordem de importância, no questionário existia um espaço de resposta livre que permitia aos respondentes expressar outras razões não descritas mas igualmente importantes no seu processo de tomada de decisão. Vejamos o quadro que se segue onde estão enumeradas essas razões:

Quadro 20 – Outras razões apontadas pelos encarregados de educação

1	Apoio na educação cívica da criança.
2	Comparação com outras escolas.
3	Existir atividades extra-curriculares no mesmo espaço.
4	Maior segurança.
5	Horário da escola mais alargado.
6	Pelo ambiente de maior proximidade.
7	Pela relação entre pares.
8	Maior cuidado na alimentação.
9	A continuidade pedagógica (já são crianças da Creche e/ou pré-escolar)
10	Apoio ao nível das NEE's.

Salientamos destas razões surgidas que a maior segurança e o horário mais alargado surgiu várias vezes referido pelos encarregados de educação, como uma das razões que os levaram a optar pelo ensino privado para os seus educandos, seguida do ambiente de maior proximidade e do maior cuidado na alimentação.

De facto, apesar do horário ser uma das razões já descritas (razão n.º 3 – Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais), esta razão foi sublinhada na resposta livre por diversos encarregados de educação, o que reforça a importância atribuída por estes a esta razão.

1.2 Análise da Consistência Interna (*alfa de Cronbach*)

A consistência interna corresponde à homogeneidade dos enunciados de um instrumento de medida. Estima-se pela avaliação das correlações de todos os enunciados de um instrumento examinados simultaneamente. Esta operação indica-nos como cada enunciado está ligado aos outros enunciados da escala. Sabemos que quanto mais os enunciados estão correlacionados, maior é a consistência interna do instrumento.

O *alfa de Cronbach* é a técnica mais correntemente utilizada para estimar a consistência interna de um instrumento de medida quando existem várias escolhas para o estabelecimento de *scores*, como na escala de Likert (tal como utilizamos neste estudo). O cálculo do coeficiente alfa permite estimar até que ponto cada enunciado da escala mede de forma equivalente o mesmo conceito. Assim, dado que a literatura refere que o *alfa de Cronbach* deveria ser determinado de cada vez que uma escala é utilizada (Fortin, 1999), procedemos ao seu cálculo neste estudo.

Para isso, utilizou-se a variância dos itens da escala seguindo a fórmula que apresentamos:

$$\text{Variância} = \frac{\text{n.º total de itens}}{\text{n.º total de itens} - 1} \left[\frac{1 - \text{somatório da variância de cada item}}{\text{variância total}} \right]$$

Os resultados revelam que o instrumento apresenta consistência interna em todos os seus itens, sendo o valor do *alfa de Cronbach* de 0,87, o que representa um valor bastante satisfatório de consistência interna.

1.3. Análise de Regressão

A análise de regressão permite-nos averiguar se existe alguma relação entre as características sócio-demográficas dos encarregados de educação e as razões por eles escolhidas. Assim, apresentamos nos quadros que se seguem os resultados obtidos neste tratamento estatístico.

Quadro 21 – Relação entre a Idade e as Razões (análise de regressão)

Razão	Coeficientes		t	Sig.
	Beta			
1	-,097		-1,143	,255
2	,115		1,342	,181
3	,141		1,647	,102
4	,012		,123	,902
5	-,274		-2,457	,015
6	,126		1,359	,176
7	,110		1,137	,257
8	-,124		-1,224	,223
9	-,101		-1,066	,288
10	,011		,101	,920
11	,110		1,003	,317
12	,108		,164	,870
13	-,126		-,189	,851
14	-,219		-1,414	,159
15	,141		,895	,372
16	,162		1,698	,091
17	-,099		-1,046	,297
18	,001		,015	,988

A estatística mostra-nos que o DP=0,553 e que a média se situa nos 0,373. Não se verifica qualquer dado significativo, o que prova que a idade não tem uma importância significativa para a escolha das razões que levam os pais a optarem pelo ensino privado para os seus filhos. O mesmo sucede com a variável sexo, cujos resultados mostram que não interfere com a escolha das razões.

Quadro 22 – Relação entre as Habilitações e as Razões (análise de regressão)

Razão	Coeficientes		T	Sig.
	Beta			
1	-,053		-,657	,512
2	,070		,867	,387
3	-,052		-,640	,523
4	-,076		-,802	,424
5	-,053		-,504	,615
6	,063		,717	,475
7	-,094		-1,027	,306
8	-,040		-,421	,675
9	-,069		-,773	,441
10	,057		,566	,572
11	,236		2,278	,024
12	,128		,206	,837
13	-,421		-,667	,506
14	,229		1,566	,119
15	-,237		-1,584	,115
16	,020		,217	,828
17	,093		1,044	,298
18	-,284		-3,547	,001

Quando analisada a relação das habilitações literárias com as razões que os encarregados de educação alegam para matricular os seus educandos no ensino privado, percebemos que existe dados que são estatisticamente significativos a um nível de $p=0,05$ com seis das razões apresentadas, nomeadamente, com a razão n.º4, com a razão n.º 5, com a razão n.º 8, com a razão n.º 9, com a razão n.º 10 e com a razão n.º15 e, a nível de $p=0,01$ com a razão n.º 7, com a razão n.º 12, com a razão n.º 13 e com a razão n.º 18. Ou seja, existe uma relação entre as habilitações literárias e a escolha das razões dos encarregados de educação, DP= 1,484 e média de 5,327.

Quadro 23 – Relação entre as Profissões e as Razões (análise de regressão)

Razão	Coeficientes		t	Sig.
	Beta			
1	-,041		-,489	,625
2	,107		1,262	,209
3	,174		2,037	,043
4	-,019		-,190	,849
5	-,019		-,175	,861
6	,015		,163	,871
7	,103		1,074	,285
8	-,120		-1,185	,238
9	,134		1,426	,156
10	-,037		-,348	,728
11	-,098		-,897	,371
12	,156		,239	,812
13	,077		,116	,907
14	-,125		-,813	,417
15	,122		,777	,438
16	-,047		-,496	,621
17	-,024		-,256	,798
18	,094		1,113	,267

Relativamente à relação entre a profissão e as razões de escolha do ensino privado para os seus educandos, verifica-se significância estatística a um nível de 0,05 para as razões n.º 7, n.º 9 e n.º 15 e, a um nível de 0,01 para as razões n.º 3, n.º 12, n.º 13 e n.º 18. O DP= 8,065 e a média de 85,461.

Quando tratados os dados para as outras características sócio-demográficas, nomeadamente, número de filhos a significância é baixa, ocorrendo apenas na questão n.º 5 ($p=0,05$) e na questão n.º 7 ($p=0,01$). Relativamente a todos os filhos frequentarem a mesma escola apenas tem uma relação com o facto de a escola ser bem organizada no seu funcionamento e a distância de casa à escola apresenta uma relação com o facto de a escola desenvolver atividades de enriquecimento curricular interessantes. Quanto à localidade a que pertencem os encarregados de educação, verifica-se que tem uma relação ($p=0,05$) com o facto dos alunos gostarem de frequentar esta escola, de haver uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos e dos encarregados de educação serem solicitados a colaborar com a escola.

1.4. Matriz de correlações entre razões de escolha da escola

As razões que levam os encarregados de educação a optar pela escola para o seu educando, quando correlacionadas umas com as outras são apresentadas de seguida no quadro 20.

Quadro 24 – Matriz de correlações entre razões da escolha da escola

Razão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1	1	,354**	,122	-,044	,039	-,008	,073	,191*	,096	,018	,150*	,070	,056	,132	,084	,045	,152*	,008
2	,354**	1	,132	,169*	,171*	-,054	,144	,191*	,148*	,136	,091	,069	,067	,075	,134	,004	,166*	-,021
3	,122	,132	1	,071	,157*	,072	,130	,295**	,163*	,059	,062	,223**	,216**	,114	,068	-,019	,308**	,163*
4	-,044	,169*	,071	1	,442**	,489**	,402**	,240**	,182*	,294**	,377**	,435**	,441**	,398**	,513**	,386**	,303**	,070
5	,039	,171*	,157*	,442**	1	,367**	,523**	,264**	,188*	,556**	,519**	,493**	,498**	,580**	,636**	,430**	,429**	,192*
6	-,008	-,054	,072	,489**	,367**	1	,326**	,067	,127	,241**	,257**	,305**	,310**	,406**	,443**	,312**	,138	,046
7	,073	,144	,130	,402**	,523**	,326**	1	,316**	,265**	,370**	,308**	,356**	,365**	,493**	,523**	,357**	,294**	,261**
8	,191*	,191*	,295**	,240**	,264**	,067	,316**	1	,556**	,151*	,209**	,276**	,272**	,253**	,326**	,239**	,299**	,034
9	,096	,148*	,163*	,182*	,188*	,127	,265**	,556**	1	,282**	,176*	,195**	,194**	,171*	,258**	,212**	,166*	,180*
10	,018	,136	,059	,294**	,556**	,241**	,370**	,151*	,282**	1	,471**	,470**	,465**	,562**	,581**	,402**	,380**	,334**
11	,150*	,091	,062	,377**	,519**	,257**	,308**	,209**	,176*	,471**	1	,672**	,677**	,519**	,534**	,364**	,382**	,148*
12	,070	,069	,223**	,435**	,493**	,305**	,356**	,276**	,195**	,470**	,672**	1	,993**	,640**	,604**	,449**	,460**	,178*
13	,056	,067	,216**	,441**	,498**	,310**	,365**	,272**	,194**	,465**	,677**	,993**	1	,647**	,611**	,453**	,467**	,182*
14	,132	,075	,114	,398**	,580**	,406**	,493**	,253**	,171*	,562**	,519**	,640**	,647**	1	,837**	,546**	,469**	,146
15	,084	,134	,068	,513**	,636**	,443**	,523**	,326**	,258**	,581**	,534**	,604**	,611**	,837**	1	,545**	,456**	,179*
16	,045	,004	-,019	,386**	,430**	,312**	,357**	,239**	,212**	,402**	,364**	,449**	,453**	,546**	,545**	1	,265**	,214**
17	,152*	,166*	,308**	,303**	,429**	,138	,294**	,299**	,166*	,380**	,382**	,460**	,467**	,469**	,456**	,265**	1	,236**
18	,008	-,021	,163*	,070	,192*	,046	,261**	,034	,180*	,334**	,148*	,178*	,182*	,146	,179*	,214**	,236**	1

** Correlação significativa a um nível $p= 0.01$

* Correlação significativa a um nível de $p= 0.05$

Pela leitura do quadro anteriormente apresentado, podemos verificar que existem correlações significativas a um nível de $p=0,01$ e $p= 0,05$. Percebemos que as correlações mais fortes, ao nível da primeira razão se verificam com a razão n.º 8 – Os alunos gostam de frequentar esta escola, com a razão n.º 11 – Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola e a razão n.º 17 – A escola desenvolve atividades de enriquecimento curricular interessantes. Quanto à segunda razão, verifica-se que tem uma correlação significativa ($p=0,05$) com a razão n.º 4 – Acompanha com igual atenção todos os alunos, com a razão n.º 5 – É uma escola bem organizada no seu funcionamento, com a razão n.º 8 – Os alunos gostam de frequentar esta escola e com a razão n.º 17 – A escola desenvolve atividades de enriquecimento curricular interessantes. Relativamente à terceira questão, a significância estatística é alcançada na correlação com a razão n.º 5 – É uma escola bem organizada no seu funcionamento, com a razão n.º 9 – Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola e com a razão n.º 18 – Considero que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público. Analisada a quarta razão, vê-se que existe correlação com a razão n.º 2 – Dispõe de transportes próprios. A quinta razão, tem a sua correlação significativa com a razão n.º 2 - Dispõe de transportes próprios, com razão n.º 3 – Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais e com a razão n. 18 – Considero que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público. Em relação à sexta e sétima razão, só encontramos significância de $p=0,01$. Na oitava razão a significância volta a ser de 5%

na correlação com a razão n.º 1 – É a escola mais próxima de casa, com a razão n.º 2 – Dispõe de transportes próprios e com a razão n.º 10- Há uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos. Quando verificamos os resultados da nona razão percebemos que esta mantém um grau de significância estatística com um elevado número de razões (sendo aquela onde se encontra maior número de correlações significativas), nomeadamente, com a razão n.º 2 – Dispõe de transportes próprios, com a razão n.º 3 – Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais, com a razão n.º 4 – Acompanha com igual atenção todos os alunos, com a razão n.º 5 – É uma escola bem organizada no seu funcionamento, com a razão n.º 11- Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola, com a razão n.º 14 – A escola dispõe de uma direção competente e empenhada, com a razão n.º 17 – A escola desenvolve atividades de enriquecimento curricular interessantes e com a razão n.º 18 – Considero que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público. Já a décima razão, se correlaciona de forma significativa a 5% apenas com a razão n.º 8 – Os alunos gostam de frequentar esta escola. Analisada a décima-primeira razão, percebemos que num $p=0,05$ se correlaciona com a razão n.º 1- É a escola mais próxima de casa e com a razão n.º 18 – Considero que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público. Em relação à décima-segunda, décima-terceira e décima-quinta razão, vemos a correlação mais significativa somente com a razão n.º 18 - Considero que, em geral, o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público. Quanto à décima-quarta razão a correlação ($p=0,05$) é apenas com a razão n.º 9 – Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola. A décima-sexta razão apenas tem correlações significativas a um nível de $p=0,01$. Relativamente à décima-sétima razão apresenta correlação ($p=0,05$) com a razão n.º 1- É a escola mais próxima de casa,

com a razão n.º 2 – Dispõe de transportes próprios e com a razão n.º 9 – Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola. Para concluir a análise das correlações, a décima-oitava razão, apresenta uma correlação significativa ao nível de $p=0,05$ com um elevado número de razões, especificamente, com a razão n.º 3 – Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais, com a razão n.º 5 – É uma escola bem organizada no seu funcionamento, com a razão n.º 9 – Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola, com a razão n.º 11 – Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola, com a razão n.º 12 – Existe um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação, com a razão n.º 13 – Os encarregados de educação são solicitados a colaborar com a escola e com a razão n.º 15 – O diretor pedagógico está a par de tudo o que se passa na escola.

2. Discussão dos Resultados

Este estudo teve objectivo principal perceber as razões que levam os encarregados de educação a optar pelo ensino privado para matricular os seus educandos. Para esta avaliação foi utilizado o método do inquérito através de um Questionário aplicado aos encarregados de educação numa escola privada (Colégio ACR de Fornelos), cujo índice de consistência interna se mostrou bastante satisfatório.

Quando iniciado o estudo, podemos perceber que os encarregados de educação percebem a escola privada como um ensino de qualidade que potencializam as capacidades dos alunos e, conseqüentemente, maior acesso ao ensino superior (Walberg, s.d.).

Das razões apresentadas os encarregados de educação participantes neste estudo e, de um modo geral (quando agrupados os resultados do Bastante Importante com o Muito Importante), temos como principal razão para estes encarregados de educação o facto da escola ter regras acertadas de disciplina e vigilância. Ainda com resultados elevados na influência na escolha da escola estão razões de cariz pedagógico, como o acompanhamento de forma equitativa a todos os alunos, a competência e dedicação dos professores, a organização no funcionamento da escola e a circulação adequada e atempada de tudo o que se passa na escola, o que corrobora as ideias de Walberg (s.d.), conforme apresentado no enquadramento teórico deste trabalho, bem como a questão da segurança dos filhos que Belfield e Levin (2004) referem ser um factor importante na decisão da escola para os seus educandos.

Quanto aos resultados mais baixos, o seu registo é feito na razão n.º 1 que representa a proximidade de casa à escola, que não é uma razão relevante para os

encarregados de educação contrariando assim Brandão & Lelis (2003) que referem ser motivos importantes para a selecção da escola. O mesmo sucede com a importância atribuída na razão n.º 18, em que os encarregados de educação se pronunciam sobre o facto do ensino privado oferecer melhor formação que o ensino público, o que para eles não é uma razão suficientemente importante.

Paralelamente a estes resultados podemos referir que as características sócio-demográficas, nomeadamente as habilitações literárias e a profissão se apresentam estatisticamente significativas, determinando a sua influência na escolha da escola. Embora com um nível de importância mais reduzido, também o facto de existirem mais irmãos a frequentar a escola influencia a tomada de decisão dos pais. Curiosamente o sexo e a idade não têm qualquer influência para a tomada de decisão dos encarregados de educação inquiridos assim como o facto de pertencerem a uma aldeia, vila ou cidade, cujo grau de diferenciação não se mostra relevante.

Espera-se que os resultados deste estudo possam motivar outras investigações ligadas à área ao mesmo tempo que serve de reflexão e percepção sobre as razões que justificam a escolha da escola privada por parte dos encarregados de educação. A escola deve ser um espaço de aprendizagem, convívio, educação e saber que prepare as crianças para um futuro promissor. Ensinar com qualidade é a máxima adoptada pelas escolas privadas que desejam atingir essa meta com sucesso.

Por outro lado, os resultados da investigação tornam-se de todo úteis para a escola que participou neste estudo, ficando assim com o conhecimento das razões que levaram aqueles encarregados de educação a escolhê-la para os seus educandos e ainda as razões que são consideradas por estes como mais importantes, ajudando a tomar decisões estratégicas que poderão ser de todo o interesse para a direcção do Colégio.

Não temos dúvidas que este estudo atingiu os objectivos traçados inicialmente e que a sua concretização valeu pela investigação elaborada e pelo conhecimento adquirido, que nos torna profissionais/investigadores mais competentes e experientes.

Conclusão

Ao longo dos tempos temos vindo a verificar que o ensino privado é cada vez mais procurado pelos pais o que se deve essencialmente à maior ascensão da mulher no mundo do trabalho, que na maior parte das vezes, é a principal cuidadora. Para além destas razões, outras podemos mencionar, como por exemplo, a procura de um ensino de excelência, a maior segurança e protecção das crianças, a preocupação pelo desempenho dos alunos, entre outros factores que já foram debatidos ao longo do nosso trabalho.

Neste sentido parece-nos que o nosso trabalho permitiu dar uma nova visão acerca do motivo que leva os pais a optar por uma escola de ensino privado, bem como, reflectir acerca das mudanças que têm ocorrido em Portugal relativamente a este tema.

Assim é de notar que a relação entre escola e família é um factor essencial para um melhor desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo também um dos motivos que levam os pais a optar por uma escolarização privada pois existe uma relação estreita e próxima entre estes dois sistemas podendo assim trabalhar em colaboração.

Por último, no que diz respeito às limitações deste estudo prende-se essencialmente com o facto de haver ainda, nos dias de hoje, poucos estudos relativamente a esta temática, dificultando por isso a realização do enquadramento teórico e conseqüentemente a discussão. Por isso parece-nos cada vez mais urgente aprofundar esta temática para que também de alguma forma o ensino privado se torne mais equitativo.

No entanto, apesar de algumas limitações, parece-nos que o nosso estudo é um contributo importante para a investigação na área das ciências da educação em Portugal,

dada a natureza de carácter descritivo permitindo assim a realização de posteriores investigações nesta área.

Referências Bibliográficas

Afonso, A. L. (1997). O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. Um contributo sociológico para pensar a reforma educativa em Portugal (1985-1995), *Revista Portuguesa de Educação* (10), n.º 2.

Barroso, J. (2003a). *A “escolha da escola” como processo de regulação: integração ou selecção natural?* In J. Barroso. (org.). *A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização*. (pp.79-106) Edições Asa.

Barroso, J. (2003b). *Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada*. In J. Barroso. (org.). *A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização*. (pp.19-43) Edições Asa.

Belfield, C. R. e Levin, H. M. (2004). *A privatização da educação, causas e implicações*. Edições Asa.

Benavente, A.(1976). *A Escola na Sociedade de Classes – O Professor Primário e o Insucesso Escolar*. Lisboa: Livros Horizonte.

Bronfenbrenner, U.(1987). *La Ecologia del Desarrollo Humano: Experimentos en Entornos Naturales y Diseñados*. Barcelona: Paidós.

Carneiro, E. (2006). *A Problemática da Decisão: A Opção dos Pais pela Escola Privada*. Braga: Universidade do Minho.

Carneiro, R. (1994). *Ensino Livre. Uma Fronteira da Hegemonia Estatal*. Porto: Porto Asa.

Carvalho, C. P. (2004). *Entre Promessas da escola e os desafios da reprodução social: famílias de camadas médias do Ensino Fundamental à Universidade*. Rio de Janeiro: PUC.

Carvalho, E. J. (2008). *Autonomia de Gestão Escolar: Uma relação entre a política de democratização e de privatização da educação*. Revista Teoria e Prática da Educação, Vol. 11, n. 3, pp. 249-258.

Carvalho, M. E. (2000). *Relações entre Família e Escola e suas Implicações de Género*. Cadernos de Pesquisa, n.8, p. 143-155.

Carvalho, M. E. (2004). *Modos de Educação, Género e Relações Escola - Família*. Cadernos de Pesquisa, Vol. 34, n. 121, pp. 41-58.

Chinn, P. L. & Kramer, M. K. (1991). *Theory and nursing: A Systematic approach*, 3.^a éd. St-Louis: Mosby.

Cotovio, J. (2004). *Imagens Organizacionais da Escola*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Costa. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Lisboa: Edições Asa.

Estêvão, C. (1996). *Redescobrir a Escola Privada Portuguesa como Organização*. Braga: Universidade do Minho.

Estêvão, C. (1998). *A Privatização da Qualidade na Educação e as suas Privatizações*. Sociologia - Problemas e Práticas, n. 27, pp. 117-127.

Estêvão, C. (1998). *A Construção da Autonomia e a Autonomia da Gestão nas Escolas Privadas*. Revista Portuguesa de Educação, Vol. 11, n. 1, pp. 23-35.

Estêvão, C. (2000). *O Público e o Privado em educação: a providenciação pública do privado na educação portuguesa*. In J. A. Pacheco (org). *Políticas Educativas: o neoliberalismo em educação* (pp. 137-157). Porto Editora.

Formosinho, J.(1985), "*Modelos de Formação de Professores*" e "*Da formação inicial à formação contínua*"- *Comunicações do encontro "Ensino Superior e Formação de Professores"*. Aveiro: Universidade Aveiro.

Formosinho, J. (1987). *Educating for Passivity*. (Ph. Thesis. London: University of London).

Fortin, M.F. (1999). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (1.^a ed.). Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Grácio, S. (1997). *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*. Lisboa: Educa.

Levin, H. (2003). *Os "Cheques-ensino": um quadro global de referência para a sua avaliação*. In J. Barroso. (org). *A Escola Pública: Regulação, Desregulação, Privatização*. (pp. 111-146). Edições Asa.

Kerlinger, F. N. (1978). *Foundations of behavioral research*, 2.^aéd. New York: Holt, Rinehart et Winston, Inc.

Marques, R. (2001). *Professores, famílias e projecto educativo*. Edições Asa.

Matos, A. e Pires, J.(1994). *Escola, Pais e Comunidade: Construção de Comunidades de Interesses*. Porto: Publicações Politeama, Cadernos Profissionais, Nº 2.

Meleis, A. I. (1991). *Theoretical nursing: Development and progress*, 2.^a éd. Philadelphia: J. B. Lippincott.

Ministério da Educação (1995). *Ensino Particular – Ensino não oficial. Formas e Estatutos nos Estados Membros da União Europeia*. Lisboa. ME, DEP-GEF.

Neto, M. C. (2006). *A Procura de Explicações: as razões dos pais*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Nogueira, M. A. (1998). *A Escolha do Estabelecimento de Ensino pelas Famílias: a acção discreta da riqueza cultural*. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 7, pp. 42-56.

Oliveira, C. (2005). “*Diz-me com quem andas, eu te direi quem és*” *A escolha da escola como estratégia de distinção*. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Oliveira, G. (2008). *Análise do Processo de Escolha e Tomada de Decisão Familiar pela Escola dos Filhos*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pires, E., Fernandes, A. e Formosinho, J.(1991). *A Construção Social da Educação Escolar*. Porto: Edições Asa.

Pinho, L.(1995). *Avaliação Escolar e Activação do Desenvolvimento Psicológico*. In Tavares, J. e Bonboir, A.(Coord.). *Activação do Desenvolvimento Psicológico nos Sistemas de Formação*. Aveiro: Edições CIDInE.

Polit, D. F. & Hunger, B. P. (1995). *Nursing research: Principles and methods*, 5.^a éd. Philadelphia: J. B. Lippincott Co.

Rocha, H. M (2010). *Adolescente e Vínculo Parental: (Des) continuidade entre família e escola*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Seaman, C. H. C. (1987). *Research methods: Principles, practice and theory for nursing*, 3. éd. Norwalk: Appleton and Lange.

Simões, (2001). *O Processo de Tomada de Decisão*. In J.M.C. Ferreira, J. Neves & A. Caetano (org.) *Manual de Psicossociologia das organizações*. (pp. 405-426). Editora McGraw-Hill.

Santomé, J. (2003). *A Educação em Tempos de Neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed.

Sfez, L. (1990). *Crítica da Decisão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Simon, J. (1989). *A Razão nas Coisas Humanas*. Lisboa: Gradiva.

Walberg, H. (s.d). *Escolha de Escola: Descobertas e conclusões*. Colecção FLE.

ANEXOS

Pretendemos realizar um estudo no âmbito de um trabalho de Mestrado em Ciências da Educação, na área da Administração e Gestão Escolar, da Universidade Católica sobre as razões que o levaram a matricular o seu educando nesta escola. Agradecemos que nos respondesse às seguintes perguntas, pois a vossa colaboração é fundamental para o êxito deste trabalho.

O anonimato é assegurado.

Questionário aos Encarregados de Educação

1. Idade: _____ anos

2. Sexo: (assinale com uma (x) a situação que corresponde ao seu caso)
Masculino ____
Feminino ____

3. Habilitações Literárias: (assinale com uma (x) a situação que corresponde ao seu caso)
1º Ciclo/ 4º Classe ou menos ____
2º Ciclo/6º Ano ____
3º Ciclo/9º Ano ____
Secundário/ antigo 7º ano ____
Curso médio ____
Curso Superior ____

4. Profissão: _____

5. Número de Filhos: _____

6. Todos frequentam esta escola? (assinale com uma (x) a situação que corresponde ao seu caso)
Sim: ____
Não: ____

7. Qual a distância de casa à escola (aproximadamente): _____ (KM)

8. Vive numa: (assinale com uma (x) a situação que corresponde ao seu caso)
Aldeia: ____
Vila: - ____
Cidade: ____

(Volte a folha, por favor)

9. A opção desta escola para matricular o seu filho/a obedeceu, com certeza a várias razões de preferência na sua escolha. A seguir será apresentada uma lista de possíveis razões para essa escolha. Assinale com

	Nada importante	Pouco importante	Nem muito/nem pouco importante	Bastante importante	Muito importante
1. É a escola mais próxima de casa					
2. Dispõe de transportes próprios					
3. Tem um horário de abertura e encerramento ajustado aos interesses dos pais					
4. Acompanha com igual atenção todos os alunos					
5. É uma escola bem organizada no seu funcionamento					
6. Tem regras acertadas de disciplina e vigilância					
7. É uma escola bem cotada no meio local					
8. Os alunos gostam de frequentar esta escola					
9. Os pais têm uma grande confiança na atividade educativa da escola					
10. Há uma grande sintonia de pensamento entre escola e pais sobre a forma como esta educa os seus alunos					
11. Existe uma informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola					
12. Existe um bom sistema de ligações entre a escola e os encarregados de educação					
13. Os Encarregados de Educação são solicitados a colaborar com a escola					
14. A escola dispõe de uma direcção competente e empenhada					
15. O director pedagógico está a par de tudo o que se passa na escola					
16. Os professores são competentes e dedicados					
17. A escola desenvolve actividades de enriquecimento curricular interessantes					
18. Considero que, em geral o ensino privado oferece melhor formação que o ensino público					

uma cruz (+) o peso que cada uma dela teve na sua opção. Caso existam outras razões não incluídas nesta lista enuncie-as nas linhas em branco, deixadas no final.

9. Se tem outra razão, indique-a, por favor:

Muito obrigado pela sua colaboração.